

4 DE MAIO DE 2024

EBOOK DE RESUMO

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

**BLOCO 1 - INFRAESTRUTURA, EXATAS E
ENGENHARIAS**

Autor: Paulo Vitor Zasimowicz Pinto Calaça

COMO FUNCIONA ESSE EBOOK

Para cada área do edital teremos um breve comentário sobre o assunto seguido de uma questão no formato da prova com um comentário da resposta.

Conteúdo gerado através do ChatGPT, lembre-se que pode conter erros.

Projeto para

DO EDITAL DO BLOCO 1

1ª Etapa - Provas objetivas

Provas objetivas: constituídas de **70 (setenta) questões de múltipla escolha**, cuja pontuação será calculada de acordo com as especificidades descritas nas Tabelas 1, 2 e 3.

As questões serão assim distribuídas: **prova objetiva de Conhecimentos Gerais**, de caráter eliminatório e classificatório, com **20 (vinte) questões de múltipla escolha**; **prova objetiva de Conhecimentos Específicos**, de caráter eliminatório e classificatório, com **50 (cinquenta) questões de múltipla escolha**. Cada questão das provas objetivas apresentará cinco alternativas (A; B; C; D; E) e uma única resposta correta.

As provas objetivas de **Conhecimentos Gerais e Discursiva** terão duração de **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** e serão aplicadas **no turno da manhã**.

As provas objetivas de **Conhecimentos Específicos** terão duração de **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos** e serão aplicadas **no turno da tarde**.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E TIPOLOGIAS.

Explicação:

As políticas públicas são as decisões e ações do governo para atingir determinados objetivos sociais, econômicos, políticos, entre outros, visando o interesse público. Elas podem ser classificadas em diversas tipologias, como políticas sociais (saúde, educação, assistência social), políticas econômicas (industrial, agrícola, fiscal), políticas ambientais, entre outras, de acordo com sua área de atuação e objetivos específicos.

Questão:

Qual das seguintes opções melhor descreve as políticas públicas?

- a) São ações realizadas por organizações não governamentais.
- b) Referem-se apenas às leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

c) São decisões e ações do governo para atingir determinados objetivos.

d) São exclusivamente políticas econômicas.

e) Dizem respeito apenas às políticas externas de um país.

Resposta correta: c) São decisões e ações do governo para atingir determinados objetivos.

Comentário de justificativa: Políticas públicas são todas as ações realizadas pelo Estado (governo) para garantir determinados direitos e atender às demandas da sociedade em diferentes áreas, como saúde, educação, segurança, entre outras. Essas ações incluem leis, programas, projetos, regulamentos, entre outros instrumentos, que visam alcançar objetivos específicos.

1.2 CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: AGENDA E FORMULAÇÃO; PROCESSOS DE DECISÃO; IMPLEMENTAÇÃO, SEUS PLANOS, PROJETOS E PROGRAMAS; MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

Explicação:

O ciclo de políticas públicas é um processo contínuo que envolve diferentes etapas, como identificação e definição de problemas (agenda), formulação de políticas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação. Cada etapa é fundamental para o sucesso e efetividade das políticas públicas, pois permite ajustes e melhorias ao longo do tempo.

Questão:

Quando se fala em ciclo de políticas públicas, está se referindo a:

a) Um processo contínuo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas governamentais.

- b) Ações políticas de curto prazo.
- c) A implementação imediata de medidas sem planejamento prévio.
- d) A avaliação de políticas públicas sem considerar sua implementação.
- e) A formulação de políticas apenas por especialistas.

Resposta correta: a) Um processo contínuo de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas governamentais.

Comentário de justificativa: O ciclo de políticas públicas é um processo contínuo que envolve diferentes etapas, como identificação e definição de problemas (agenda), formulação de políticas, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação. Essas etapas formam um ciclo que visa melhorar ou alterar determinadas condições na sociedade.

1.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS COMO POLÍTICAS DE ESTADO.

Explicação:

A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado significa que essas políticas são permanentes e têm respaldo legal, independentemente do governo que esteja no poder. Isso garante a continuidade e a estabilidade dessas políticas ao longo do tempo, protegendo os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Questão:

Quando se diz que políticas em Direitos Humanos são institucionalizadas como políticas de Estado, significa que:

- a) São políticas exclusivas do Poder Executivo.

- b) São políticas temporárias, válidas apenas para um governo específico.
- c) São políticas implementadas por organizações não governamentais.
- d) São políticas permanentes, independentemente do governo em exercício.
- e) São políticas que não têm respaldo legal.

Resposta correta: d) São políticas permanentes, independentemente do governo em exercício.

Comentário de justificativa: A institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado significa que essas políticas são permanentes e têm respaldo legal, independentemente do governo que esteja no poder. Isso garante a continuidade e a estabilidade dessas políticas ao longo do tempo.

1.4 FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE PROGRAMAS NACIONAIS.

Explicação:

O federalismo no Brasil prevê a descentralização de competências e recursos, ou seja, parte das responsabilidades e recursos fica a cargo dos estados e municípios, permitindo que estes atendam às demandas específicas de suas regiões de forma mais adequada. Isso contribui para a efetiva descentralização das políticas públicas no país.

Questão:

O federalismo no Brasil contribui para a descentralização de políticas públicas por meio de:

- a) Concentração total de poder no governo federal.

- b) Distribuição equitativa de recursos entre os estados.
- c) Transferência de competências e recursos para estados e municípios.
- d) Controle centralizado das ações governamentais.
- e) Implementação de políticas uniformes em todo o território nacional.

Resposta correta: c) Transferência de competências e recursos para estados e municípios.

Comentário de justificativa: O federalismo brasileiro prevê a descentralização de competências e recursos, ou seja, parte das responsabilidades e recursos fica a cargo dos estados e municípios, permitindo que estes atendam às demandas específicas de suas regiões de forma mais adequada. Isso contribui para a efetiva descentralização das políticas públicas no país.

2. DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

2.1 ESTADO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

Explicação:

O Estado de Direito refere-se a um sistema em que o governo é restrito pelas leis e no qual todos os cidadãos, incluindo líderes do governo, estão sujeitos às leis. A Constituição Federal de 1988 é a lei fundamental do Brasil e estabelece os princípios básicos do Estado brasileiro, como a separação de poderes, os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, e o sistema de representação política e participação cidadã.

Questão:

Qual das seguintes opções melhor descreve o Estado de Direito?

- a) Um sistema em que o governo é livre para agir sem restrições.
- b) Um sistema em que apenas os cidadãos com poder econômico têm direitos.
- c) Um sistema em que todos, incluindo o governo, são obrigados a obedecer às leis.
- d) Um sistema em que a Constituição pode ser ignorada pelo governo.
- e) Um sistema em que a polícia tem poder ilimitado sobre os cidadãos.

Resposta correta: c) Um sistema em que todos, incluindo o governo, são obrigados a obedecer às leis.

Comentário de justificativa: O Estado de Direito é um princípio fundamental em uma democracia, no qual todos os cidadãos e o governo estão sujeitos às leis, garantindo igualdade e justiça para todos.

2.2 DIVISÃO E COORDENAÇÃO DE PODERES DA REPÚBLICA.

Explicação:

A divisão e coordenação de poderes é um princípio fundamental da democracia que estabelece que o poder do Estado deve ser dividido entre diferentes órgãos, como o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, para evitar abusos e garantir o equilíbrio entre eles.

Questão:

Qual é a função principal do Poder Legislativo em um sistema de divisão de poderes?

- a) Executar as leis.

- b) Interpretar as leis.
- c) Criar e aprovar leis.
- d) Fiscalizar as leis.
- e) Julgar as leis.

Resposta correta: c) Criar e aprovar leis.

Comentário de justificativa: O Poder Legislativo é responsável por criar e aprovar leis, enquanto o Poder Executivo é responsável por executá-las e o Poder Judiciário por interpretá-las e aplicá-las.

2.3 PRESIDENCIALISMO COMO SISTEMA DE GOVERNO: NOÇÕES GERAIS, CAPACIDADES GOVERNATIVAS E ESPECIFICIDADES DO CASO BRASILEIRO.

Explicação:

O presidencialismo é um sistema de governo em que o presidente é o chefe de Estado e chefe de governo, exercendo funções executivas. No caso brasileiro, o presidencialismo tem características específicas, como a separação dos poderes Executivo e Legislativo e a eleição direta do presidente.

Questão:

No sistema presidencialista, quem é o chefe de Estado e chefe de governo?

- a) O presidente.
- b) O Congresso Nacional.
- c) O Supremo Tribunal Federal.

d) Os governadores.

e) Os prefeitos.

Resposta correta: a) O presidente.

Comentário de justificativa: No presidencialismo, o presidente exerce as funções de chefe de Estado e chefe de governo, sendo responsável pela administração do governo e representação do país.

2.4 EFETIVAÇÃO E REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: MEMÓRIA, AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA DE ESTADO.

Explicação:

A efetivação e reparação de Direitos Humanos referem-se à garantia e proteção dos direitos fundamentais de todas as pessoas, incluindo medidas para reparar violações passadas, como as ocorridas durante períodos de autoritarismo e violência de Estado.

Questão:

Qual é o objetivo principal da efetivação e reparação de Direitos Humanos?

a) Garantir que todos os direitos sejam respeitados.

b) Punir os responsáveis por violações.

c) Impedir a ocorrência de violações no futuro.

d) Reparar danos causados por violações passadas.

e) Restringir os direitos das pessoas.

Resposta correta: d) Reparar danos causados por violações passadas.

Comentário de justificativa: A efetivação e reparação de Direitos Humanos têm como objetivo garantir que os danos causados por violações passadas sejam reparados, proporcionando justiça e reconhecimento às vítimas.

2.5 PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS PNDH-3 (DECRETO Nº 7.037/2009).

Explicação:

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é uma política pública brasileira que estabelece diretrizes e ações para promover e proteger os Direitos Humanos no país. O PNDH-3, lançado em 2009, é a terceira versão desse programa e tem como objetivo principal promover a igualdade e a justiça social.

Questão:

Qual é o principal objetivo do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)?

- a) Promover a igualdade e a justiça social.
- b) Garantir a segurança nacional.
- c) Reduzir a participação da sociedade civil.
- d) Limitar os direitos individuais.
- e) Concentrar poder no governo federal.

Resposta correta: a) Promover a igualdade e a justiça social.

Comentário de justificativa: O PNDH-3 tem como principal objetivo promover a igualdade e a justiça social, garantindo os direitos fundamentais de todos os cidadãos brasileiros.

2.6 COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES, DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS: DE RENDA, REGIONAL, RACIAL, ETÁRIA E DE GÊNERO.

Explicação:

O combate às discriminações, desigualdades e injustiças visa garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos, independentemente de sua renda, região, raça, idade ou gênero, promovendo a inclusão e a justiça social.

Questão:

Qual é o objetivo principal do combate às discriminações, desigualdades e injustiças?

- a) Garantir privilégios para grupos específicos.
- b) Promover a exclusão de determinados grupos.
- c) Garantir a igualdade de direitos e oportunidades.
- d) Manter o status quo de desigualdades.
- e) Limitar a participação política de certos grupos.

Resposta correta: c) Garantir a igualdade de direitos e oportunidades.

Comentário de justificativa: O combate às discriminações, desigualdades e injustiças visa garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos, promovendo a inclusão e a justiça social.

2.7 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

Explicação:

O desenvolvimento sustentável visa satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades, garantindo a preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Questão:

Qual é o principal objetivo do desenvolvimento sustentável?

- a) Promover o crescimento econômico a qualquer custo.
- b) Garantir a preservação do meio ambiente.
- c) Reduzir a qualidade de vida das pessoas.
- d) Garantir o esgotamento dos recursos naturais.
- e) Priorizar o lucro em detrimento do meio ambiente.

Resposta correta: b) Garantir a preservação do meio ambiente.

Comentário de justificativa: O principal objetivo do desenvolvimento sustentável é garantir a preservação do meio ambiente, garantindo que as necessidades presentes sejam atendidas sem comprometer as futuras gerações.

3. ÉTICA E INTEGRIDADE

3.1 PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS DO SERVIÇO PÚBLICO, SEUS DIREITOS E DEVERES À LUZ DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (DECRETO Nº 1.171/1994).

Explicação:

Os princípios e valores éticos do serviço público estão fundamentados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 1.171/1994, define os direitos e deveres dos servidores públicos, visando a promoção da ética e da integridade no serviço público.

Questão:

Quais são os princípios éticos fundamentais que devem nortear o serviço público, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988?

- a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Partidarismo, nepotismo, corrupção, ineficiência e burocracia.
- c) Sigilo, omissão, parcialidade, lentidão e desrespeito.
- d) Autoritarismo, arbitrariedade, exclusão, opacidade e desonestidade.
- e) Desrespeito, discriminação, desigualdade, abuso de poder e desumanidade.

Resposta correta: a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Comentário de justificativa: Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são fundamentais para garantir a ética e a

integridade no serviço público, promovendo a transparência e a igualdade de tratamento aos cidadãos.

3.2 GOVERNANÇA PÚBLICA E SISTEMAS DE GOVERNANÇA (DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017). GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Explicação:

A governança pública refere-se ao conjunto de mecanismos, processos e instituições que orientam, monitoram e avaliam a gestão pública, visando a eficácia, a eficiência, a integridade e a accountability (responsabilização) do setor público. A gestão de riscos e medidas mitigatórias na Administração Pública são parte integrante da governança, pois visam identificar, avaliar e mitigar os riscos associados às atividades governamentais.

Questão:

Qual é o objetivo principal da governança pública?

- a) Garantir a corrupção e a ineficiência na administração pública.
- b) Promover a transparência e a accountability no setor público.
- c) Limitar o acesso à informação por parte dos cidadãos.
- d) Centralizar as decisões no governo federal.
- e) Privilegiar interesses privados sobre o interesse público.

Resposta correta: b) Promover a transparência e a accountability no setor público.

Comentário de justificativa: A governança pública tem como objetivo principal promover a transparência e a accountability (responsabilização) no setor público, garantindo a eficácia, a eficiência e a integridade das ações governamentais.

3.3 INTEGRIDADE PÚBLICA (DECRETO Nº 11.529/2023).

Explicação:

A integridade pública refere-se à conduta ética e íntegra dos agentes públicos, pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, visando a prevenção e o combate à corrupção e outras práticas ilícitas no serviço público.

Questão:

Qual é o objetivo da integridade pública?

- a) Promover a corrupção e a impunidade.
- b) Garantir a legalidade e a impessoalidade na administração pública.
- c) Privilegiar interesses privados sobre o interesse público.
- d) Limitar o acesso à informação por parte dos cidadãos.
- e) Garantir a impunidade de agentes públicos corruptos.

Resposta correta: b) Garantir a legalidade e a impessoalidade na administração pública.

Comentário de justificativa: A integridade pública tem como objetivo garantir a legalidade e a impessoalidade na administração pública, promovendo a ética e a transparência na gestão dos recursos públicos.

3.4 TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL.

Explicação:

A transparência na gestão pública refere-se à divulgação clara e acessível das informações relacionadas às atividades governamentais, visando promover a participação cidadã, a accountability (responsabilização) e a equidade social.

Questão:

Por que a transparência na gestão pública é importante?

- a) Para limitar o acesso à informação por parte dos cidadãos.
- b) Para garantir a impunidade de agentes públicos corruptos.
- c) Para promover a participação cidadã e a accountability.
- d) Para privilegiar interesses privados sobre o interesse público.
- e) Para promover a corrupção e a ineficiência na administração pública.

Resposta correta: c) Para promover a participação cidadã e a accountability.

Comentário de justificativa: A transparência na gestão pública é importante para promover a participação cidadã e a accountability (responsabilização) dos governantes, garantindo a equidade social e a eficiência na administração pública.

3.5 GOVERNO ELETRÔNICO E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE E NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEI Nº 14.129/2021.

Explicação:

O governo eletrônico refere-se ao uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) para melhorar a prestação de serviços públicos, a transparência, a eficiência e a participação cidadã. A Lei nº 14.129/2021 estabelece normas para o governo eletrônico, visando aprimorar a relação entre o Estado e a sociedade por meio da tecnologia.

Questão:

Qual é o principal impacto do governo eletrônico na sociedade e na Administração Pública?

- a) Aumento da burocracia e da ineficiência.
- b) Redução da transparência e da participação cidadã.
- c) Melhoria na prestação de serviços públicos e na eficiência administrativa.
- d) Aumento da corrupção e da impunidade.
- e) Limitação do acesso dos cidadãos à informação.

Resposta correta: c) Melhoria na prestação de serviços públicos e na eficiência administrativa.

Comentário de justificativa: O governo eletrônico tem impacto positivo na sociedade e na Administração Pública, pois melhora a prestação de serviços públicos, aumenta a eficiência administrativa e promove a transparência e a participação cidadã.

3.6 ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011.

Explicação:

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece o direito dos cidadãos de acessar informações públicas, promovendo a transparência e a accountability no setor público.

Questão:

Qual é o principal objetivo da Lei de Acesso à Informação?

- a) Limitar o acesso dos cidadãos à informação.
- b) Garantir a impunidade de agentes públicos corruptos.
- c) Promover a transparência e a accountability no setor público.
- d) Privilegiar interesses privados sobre o interesse público.
- e) Promover a corrupção e a ineficiência na administração pública.

Resposta correta: c) Promover a transparência e a accountability no setor público.

Comentário de justificativa: A Lei de Acesso à Informação tem como principal objetivo promover a transparência e a accountability no setor público, garantindo o direito dos cidadãos de acessar informações públicas.

3.7 TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO.

Explicação:

A transparência e a imparcialidade nos usos da inteligência artificial (IA) no serviço público referem-se à necessidade de garantir que os sistemas de IA sejam transparentes, explicáveis e imparciais, respeitando os princípios éticos e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Questão:

Por que é importante garantir a transparência e a imparcialidade nos usos da inteligência artificial no serviço público?

- a) Para aumentar a corrupção e a ineficiência na administração pública.
- b) Para garantir a impunidade de agentes públicos corruptos.
- c) Para promover a transparência e a accountability no setor público.
- d) Para limitar o acesso dos cidadãos à informação.
- e) Para privilegiar interesses privados sobre o interesse público.

Resposta correta: c) Para promover a transparência e a accountability no setor público.

Comentário de justificativa: Garantir a transparência e a imparcialidade nos usos da inteligência artificial no serviço público é importante para promover a transparência e a accountability, garantindo que as decisões baseadas em IA sejam éticas e respeitem os direitos dos cidadãos.

4. DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

4.1 DIVERSIDADE DE SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE; DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL; DIVERSIDADE CULTURAL.

Explicação:

A diversidade na sociedade refere-se à variedade de características, experiências e identidades que existem entre os indivíduos e grupos sociais. Isso inclui a diversidade de sexo, gênero e sexualidade, étnico-racial e cultural, reconhecendo e respeitando as diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

Questão:

Qual é a importância da diversidade na sociedade?

- a) Promover a exclusão e a discriminação.
- b) Limitar a participação de certos grupos sociais.
- c) Garantir a igualdade de oportunidades para todos.
- d) Privilegiar apenas alguns grupos sociais.
- e) Reduzir a variedade de experiências e perspectivas.

Resposta correta: c) Garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Comentário de justificativa: A diversidade na sociedade é importante para garantir a igualdade de oportunidades para todos, promovendo a inclusão e a valorização das diferenças.

4.2 DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS DA INCLUSÃO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES; IDOSOS; LGBTQIA+; PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS; PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DEMAIS MINORIAS SOCIAIS.

Explicação:

Os desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados referem-se às dificuldades enfrentadas por esses grupos para garantir seus direitos e sua participação plena na sociedade. Isso inclui crianças e adolescentes, idosos, LGBTQIA+, pessoas com deficiências, pessoas em situação de rua, povos indígenas, comunidades quilombolas e outras minorias sociais.

Questão:

Por que é importante promover a inclusão de grupos vulnerabilizados na sociedade?

- a) Para garantir a exclusão e a discriminação.
- b) Para limitar a participação desses grupos na sociedade.
- c) Para promover a igualdade de oportunidades e garantir seus direitos.
- d) Para privilegiar apenas alguns grupos sociais.
- e) Para reduzir a diversidade e a variedade de experiências na sociedade.

Resposta correta: c) Para promover a igualdade de oportunidades e garantir seus direitos.

Comentário de justificativa: É importante promover a inclusão de grupos vulnerabilizados na sociedade para garantir a igualdade de oportunidades e garantir seus direitos fundamentais, promovendo a diversidade e a inclusão social.

5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

5.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E NORMAS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTIGOS DE 37 A 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Explicação:

Os princípios constitucionais que regem a administração pública estão estabelecidos nos artigos de 37 a 41 da Constituição Federal de 1988, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem orientar a atuação dos agentes públicos na prestação de serviços à sociedade.

Questão:

Quais são os princípios constitucionais que regem a administração pública?

- a) Legalidade, partidarismo, nepotismo, corrupção e ineficiência.
- b) Impessoalidade, sigilo, omissão, lentidão e desrespeito.
- c) Moralidade, autoritarismo, arbitrariedade, exclusão e opacidade.
- d) Publicidade, desrespeito, discriminação, desigualdade e abuso de poder.
- e) Eficiência, transparência, responsabilidade, participação e qualidade.

Resposta correta: e) Eficiência, transparência, responsabilidade, participação e qualidade.

Comentário de justificativa: Os princípios constitucionais que regem a administração pública são eficiência, transparência, responsabilidade, participação e qualidade, garantindo uma gestão pública ética e eficiente.

5.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL (DECRETO LEI Nº 200/1967).

Explicação:

O Decreto Lei nº 200/1967 estabelece a estrutura organizacional da Administração Pública Federal, definindo os órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta, bem como suas competências e atribuições.

Questão:

O que o Decreto Lei nº 200/1967 estabelece?

- a) Os princípios constitucionais que regem a administração pública.
- b) A estrutura organizacional da Administração Pública Federal.
- c) Os direitos e deveres dos servidores públicos.
- d) As normas de conduta ética dos agentes públicos.
- e) As regras para a realização de concursos públicos.

Resposta correta: b) A estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Comentário de justificativa: O Decreto Lei nº 200/1967 estabelece a estrutura organizacional da Administração Pública Federal, definindo os órgãos e entidades que compõem a administração direta e indireta.

5.3 AGENTES PÚBLICOS: REGIME JURÍDICO ÚNICO (LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES).

Explicação:

A Lei nº 8.112/1990 estabelece o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, definindo os direitos e deveres dos servidores, bem como as normas para sua seleção, contratação, remuneração e demais aspectos relacionados à sua relação com o serviço público.

Questão:

Qual é o objetivo da Lei nº 8.112/1990?

- a) Estabelecer os princípios constitucionais que regem a administração pública.
- b) Definir a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

- c) Estabelecer normas de conduta ética dos agentes públicos.
- d) Regular os concursos públicos.
- e) Estabelecer o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Resposta correta: e) Estabelecer o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União.

Comentário de justificativa: A Lei nº 8.112/1990 estabelece o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, garantindo seus direitos e deveres e regulamentando sua relação com o serviço público.

6. FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 ATRIBUIÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO.

Explicação:

As atribuições econômicas do Estado referem-se às atividades que o Estado exerce na economia para promover o bem-estar social, como a regulação econômica, a redistribuição de renda, o fomento ao desenvolvimento econômico, entre outras.

Questão:

Qual é uma das principais atribuições econômicas do Estado?

- a) Promover a exclusão social.
- b) Limitar a participação da iniciativa privada.
- c) Reduzir a variedade de experiências na sociedade.
- d) Promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.
- e) Privilegiar apenas alguns grupos sociais.

Resposta correta: d) Promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico.

Comentário de justificativa: Uma das principais atribuições econômicas do Estado é promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico, buscando garantir melhores condições de vida para a população e o crescimento sustentável da economia.

6.2 FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.

Explicação:

Os fundamentos das finanças públicas referem-se aos princípios e conceitos que norteiam a gestão financeira do Estado, incluindo a tributação (arrecadação de impostos) e o orçamento (planejamento e controle dos gastos públicos).

Questão:

Qual é um dos principais objetivos da tributação?

- a) Reduzir a eficiência econômica.
- b) Promover a desigualdade social.

- c) Limitar o acesso aos serviços públicos.
- d) Financiar as políticas públicas e a prestação de serviços à população.
- e) Privilegiar apenas alguns grupos sociais.

Resposta correta: d) Financiar as políticas públicas e a prestação de serviços à população.

Comentário de justificativa: Um dos principais objetivos da tributação é financiar as políticas públicas e a prestação de serviços à população, garantindo recursos para o funcionamento do Estado e a oferta de serviços essenciais.

6.3 FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRUTURA DE RECEITAS E DESPESAS DO ESTADO BRASILEIRO.

Explicação:

O financiamento das políticas públicas refere-se à forma como o Estado arrecada recursos (receitas) e como os utiliza (despesas) para financiar suas atividades e programas, garantindo o funcionamento dos serviços públicos e o cumprimento de suas atribuições.

Questão:

Como o Estado brasileiro financia suas políticas públicas?

- a) Apenas por meio de empréstimos internacionais.
- b) Apenas por meio de impostos.
- c) Por meio de uma variedade de fontes de receita, incluindo impostos, taxas e contribuições sociais.

- d) Apenas por meio de recursos próprios.
- e) Por meio de doações voluntárias da população.

Resposta correta: c) Por meio de uma variedade de fontes de receita, incluindo impostos, taxas e contribuições sociais.

Comentário de justificativa: O Estado brasileiro financia suas políticas públicas por meio de uma variedade de fontes de receita, incluindo impostos, taxas e contribuições sociais, garantindo recursos para o funcionamento dos serviços públicos.

6.4 NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO: PLANO PLURIANUAL (PPA), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

Explicação:

O orçamento público é um instrumento de planejamento e controle das finanças públicas, composto pelo Plano Plurianual (PPA), que estabelece as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as metas fiscais e as prioridades do governo para o ano seguinte, e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa do governo para o ano seguinte.

Questão:

Qual é a função do Plano Plurianual (PPA)?

- a) Estabelecer as metas fiscais do governo para o ano seguinte.
- b) Definir as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos.
- c) Fixar a receita e a despesa do governo para o ano seguinte.

d) Estabelecer as prioridades do governo para o ano seguinte.

e) Definir as metas de superávit primário do governo.

Resposta correta: b) Definir as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos.

Comentário de justificativa: O Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, orientando a elaboração dos orçamentos anuais e a execução das políticas públicas.

6.5 FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL; LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000).

Explicação:

O federalismo fiscal no Brasil refere-se à forma como são distribuídas as receitas e as competências tributárias entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios), buscando garantir a autonomia financeira de cada um. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece normas de responsabilidade na gestão fiscal, visando o equilíbrio das contas públicas e a transparência na gestão fiscal.

Questão:

Qual é o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal?

a) Garantir o desequilíbrio das contas públicas.

b) Promover a opacidade na gestão fiscal.

c) Reduzir a autonomia financeira dos entes federativos.

d) Estabelecer normas de responsabilidade na gestão fiscal.

e) Privilegiar apenas alguns entes federativos.

Resposta correta: d) Estabelecer normas de responsabilidade na gestão fiscal.

Comentário de justificativa: A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de responsabilidade na gestão fiscal, buscando garantir o equilíbrio das contas públicas e a transparência na gestão fiscal dos entes federativos.

EIXO TEMÁTICO 1 – GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ETAPAS, NÍVEIS, MÉTODOS E FERRAMENTAS.

Explicação:

O planejamento e a gestão estratégica envolvem a definição de objetivos, metas e ações alinhadas com a visão e missão da organização, visando alcançar resultados e promover o desenvolvimento.

Questão:

Qual é a importância do planejamento e gestão estratégica?

- a) Inibir a definição de objetivos, metas e ações alinhadas com a visão e missão da organização.
- b) Promover o alcance de resultados e promover o desenvolvimento.
- c) Garantir a falta de alinhamento com a visão e missão da organização.

d) Dificultar a definição de objetivos e metas.

Resposta correta: b) Promover o alcance de resultados e promover o desenvolvimento.

Comentário de justificativa: O planejamento e a gestão estratégica são importantes para promover o alcance de resultados e promover o desenvolvimento, por meio da definição de objetivos, metas e ações alinhadas com a visão e missão da organização, contribuindo para a eficácia e eficiência da gestão.

1.1 CICLO DO PDCA (PLAN OU PLANEJAR, DO OU FAZER, CHECK OU CHECAR E ACT OU AGIR).

Explicação:

O ciclo PDCA é uma metodologia de gestão que envolve quatro etapas: planejar (Plan), fazer (Do), verificar (Check) e agir (Act), visando a melhoria contínua dos processos e resultados.

Questão:

Quais são as etapas do ciclo PDCA?

a) Planejar, desenvolver, comunicar e analisar.

b) Planejar, fazer, verificar e agir.

c) Definir, executar, verificar e ajustar.

d) Planejar, avaliar, verificar e aprimorar.

Resposta correta: b) Planejar, fazer, verificar e agir.

Comentário de justificativa: O ciclo PDCA envolve as etapas de planejar, fazer, verificar e agir, sendo uma metodologia eficaz para promover a melhoria contínua dos processos e resultados organizacionais.

1.2 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL COM USO DE FERRAMENTAS.

Explicação:

O diagnóstico organizacional é uma análise da situação atual da organização, com o uso de ferramentas e métodos específicos, visando identificar pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Questão:

Qual é o objetivo do diagnóstico organizacional?

- a) Inibir a análise da situação atual da organização.
- b) Promover a identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.
- c) Garantir a falta de uso de ferramentas e métodos específicos.
- d) Dificultar a análise da situação atual da organização.

Resposta correta: b) Promover a identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Comentário de justificativa: O diagnóstico organizacional tem como objetivo promover a identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da organização, por meio de uma análise da situação atual, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias e planos de ação.

1.3 DEFINIÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS.

Explicação:

A definição de programas e projetos envolve a identificação de objetivos, metas, recursos necessários, prazos e responsabilidades, visando alcançar resultados específicos e contribuir para os objetivos organizacionais.

Questão:

Qual é a importância da definição de programas e projetos?

- a) Inibir a identificação de objetivos, metas, recursos necessários, prazos e responsabilidades.
- b) Promover o alcance de resultados específicos e contribuir para os objetivos organizacionais.
- c) Garantir a falta de definição de programas e projetos.
- d) Dificultar a identificação de recursos necessários.

Resposta correta: b) Promover o alcance de resultados específicos e contribuir para os objetivos organizacionais.

Comentário de justificativa: A definição de programas e projetos é importante para promover o alcance de resultados específicos e contribuir para os objetivos organizacionais, por meio da identificação de objetivos, metas, recursos necessários, prazos e responsabilidades.

1.4 ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS, METAS E INDICADORES ORGANIZACIONAIS.

Explicação:

O estabelecimento de objetivos, metas e indicadores organizacionais é importante para orientar as ações da organização, monitorar o desempenho e avaliar o alcance dos resultados planejados.

Questão:

Qual é a função dos indicadores organizacionais?

- a) Inibir o monitoramento do desempenho.
- b) Promover o alcance dos resultados planejados.
- c) Garantir a falta de orientação das ações da organização.
- d) Dificultar o estabelecimento de objetivos e metas.

Resposta correta: b) Promover o alcance dos resultados planejados.

Comentário de justificativa: Os indicadores organizacionais têm como função promover o alcance dos resultados planejados, por meio do monitoramento do desempenho e avaliação do progresso em relação aos objetivos e metas estabelecidos.

1.5 MÉTODOS DE DESDOBRAMENTO DE OBJETIVOS E METAS E ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO E MAPAS ESTRATÉGICOS.

Explicação:

Os métodos de desdobramento de objetivos e metas envolvem a definição de ações específicas, prazos e responsáveis, visando alcançar os resultados planejados, enquanto os mapas estratégicos são ferramentas visuais que ajudam a comunicar a estratégia e alinhar as ações organizacionais.

Questão:

Qual é a função dos mapas estratégicos?

- a) Inibir a comunicação da estratégia e o alinhamento das ações organizacionais.
- b) Promover a definição de ações específicas, prazos e responsáveis.
- c) Garantir a falta de prazos e responsáveis.
- d) Dificultar o desdobramento de objetivos e metas.

Resposta correta: a) Inibir a comunicação da estratégia e o alinhamento das ações organizacionais.

Comentário de justificativa: Os mapas estratégicos têm como função promover a comunicação da estratégia e o alinhamento das ações organizacionais, por meio de uma representação visual que ajuda a entender e comunicar a estratégia de forma clara e objetiva.

1.6 IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS.

Explicação:

A implementação de estratégias envolve a execução das ações planejadas, o acompanhamento do progresso e a realização de ajustes necessários para alcançar os objetivos organizacionais.

Questão:

Qual é a importância da implementação de estratégias?

- a) Inibir a execução das ações planejadas.
- b) Promover o acompanhamento do progresso e realização de ajustes necessários.

c) Garantir a falta de alcance dos objetivos organizacionais.

d) Dificultar o planejamento estratégico.

Resposta correta: b) Promover o acompanhamento do progresso e realização de ajustes necessários.

Comentário de justificativa: A implementação de estratégias é importante para promover o acompanhamento do progresso e realização de ajustes necessários, visando alcançar os objetivos organizacionais de forma eficaz e eficiente.

1.7 ANÁLISE DE CENÁRIOS.

Explicação:

A análise de cenários envolve a avaliação de possíveis situações futuras e seus impactos na organização, visando antecipar-se a eventos adversos e identificar oportunidades de melhoria.

Questão:

Qual é o objetivo da análise de cenários?

a) Inibir a avaliação de possíveis situações futuras.

b) Promover a identificação de oportunidades de melhoria.

c) Garantir a falta de antecipação a eventos adversos.

d) Dificultar a identificação de impactos na organização.

Resposta correta: b) Promover a identificação de oportunidades de melhoria.

Comentário de justificativa: A análise de cenários tem como objetivo promover a identificação de oportunidades de melhoria, por meio da avaliação de possíveis

situações futuras e seus impactos na organização, contribuindo para a gestão eficaz dos riscos e oportunidades.

1.8 METODOLOGIAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

Explicação:

As metodologias para avaliação de desempenho envolvem a definição de critérios, indicadores e métodos para mensurar o desempenho organizacional, visando identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria.

Questão:

Qual é a importância das metodologias para avaliação de desempenho?

- a) Inibir a mensuração do desempenho organizacional.
- b) Promover a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria.
- c) Garantir a falta de critérios e indicadores para avaliação.
- d) Dificultar a definição de métodos para mensuração.

Resposta correta: b) Promover a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria.

Comentário de justificativa: As metodologias para avaliação de desempenho são importantes para promover a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria, por meio da definição de critérios, indicadores e métodos para mensurar o desempenho organizacional.

1.9 INDICADORES DE DESEMPENHO: CONCEITO, FORMULAÇÃO E ANÁLISE. AUDITORIAS.

Explicação:

Os indicadores de desempenho são medidas quantitativas ou qualitativas que permitem avaliar o desempenho organizacional, enquanto as auditorias são ferramentas de verificação e validação dos processos e resultados organizacionais.

Questão:

Qual é a função dos indicadores de desempenho?

- a) Inibir a avaliação do desempenho organizacional.
- b) Promover a mensuração quantitativa ou qualitativa do desempenho.
- c) Garantir a falta de medidas para avaliação.
- d) Dificultar a verificação e validação dos processos.

Resposta correta: b) Promover a mensuração quantitativa ou qualitativa do desempenho.

Comentário de justificativa: Os indicadores de desempenho têm como função promover a mensuração quantitativa ou qualitativa do desempenho organizacional, por meio de medidas que permitem avaliar o progresso em relação aos objetivos e metas estabelecidos.

1.10 DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS E PARTICIPAÇÃO DOS ATORES.

Explicação:

A divulgação de resultados e a participação dos atores envolvem a comunicação dos resultados alcançados e a promoção da participação e engajamento dos envolvidos no processo de gestão.

Questão:

Qual é a importância da divulgação de resultados e participação dos atores?

- a) Inibir a comunicação dos resultados alcançados.
- b) Promover o engajamento e participação dos envolvidos no processo de gestão.
- c) Garantir a falta de participação dos atores.
- d) Dificultar a divulgação de resultados.

Resposta correta: b) Promover o engajamento e participação dos envolvidos no processo de gestão.

Comentário de justificativa: A divulgação de resultados e participação dos atores são importantes para promover o engajamento e participação dos envolvidos no processo de gestão, por meio da comunicação dos resultados alcançados e promoção do diálogo e colaboração.

1.11 REVISÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS.

Explicação:

A revisão de programas e projetos envolve a análise crítica dos resultados alcançados, a identificação de lições aprendidas e a realização de ajustes necessários para melhorar o desempenho futuro.

Questão:

Qual é a importância da revisão de programas e projetos?

- a) Inibir a análise crítica dos resultados alcançados.
- b) Promover a identificação de lições aprendidas e ajustes necessários.
- c) Garantir a falta de ajustes para melhorar o desempenho futuro.
- d) Dificultar a realização de revisões.

Resposta correta: b) Promover a identificação de lições aprendidas e ajustes necessários.

Comentário de justificativa: A revisão de programas e projetos é importante para promover a identificação de lições aprendidas e ajustes necessários, por meio da análise crítica dos resultados alcançados, contribuindo para melhorar o desempenho futuro.

2. FERRAMENTAS DE GESTÃO PÚBLICA.

2.1 METODOLOGIAS DE GESTÃO E FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL: BALANCED SCORECARD (BSC) E MATRIZ SWOT.

Explicação:

O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia de gestão que envolve a definição de indicadores em quatro perspectivas: financeira, cliente, processos internos e aprendizado e crescimento, enquanto a Matriz SWOT é uma ferramenta de análise que envolve a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Questão:

Qual é o objetivo do Balanced Scorecard (BSC)?

- a) Inibir a definição de indicadores em quatro perspectivas.
- b) Promover a gestão estratégica por meio de indicadores em quatro perspectivas.
- c) Garantir a falta de análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.
- d) Dificultar a definição de indicadores.

Resposta correta: b) Promover a gestão estratégica por meio de indicadores em quatro perspectivas.

Comentário de justificativa: O Balanced Scorecard (BSC) tem como objetivo promover a gestão estratégica por meio de indicadores em quatro perspectivas: financeira, cliente, processos internos e aprendizado e crescimento, contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional.

2.2 METODOLOGIA OKR (OBJECTIVE KEY RESULTS): CONCEITO E APLICAÇÃO DO SISTEMA.

Explicação:

A metodologia OKR (Objective Key Results) envolve a definição de objetivos e resultados-chave, visando a melhoria do desempenho e o alcance de metas organizacionais.

Questão:

Qual é o objetivo da metodologia OKR (Objective Key Results)?

- a) Inibir a definição de objetivos e resultados-chave.
- b) Promover a melhoria do desempenho e o alcance de metas organizacionais.
- c) Garantir a falta de aplicação do sistema.

d) Dificultar a definição de metas organizacionais.

Resposta correta: b) Promover a melhoria do desempenho e o alcance de metas organizacionais.

Comentário de justificativa: A metodologia OKR (Objective Key Results) tem como objetivo promover a melhoria do desempenho e o alcance de metas organizacionais, por meio da definição de objetivos e resultados-chave, contribuindo para a gestão eficaz dos objetivos e metas.

3. GESTÃO DE PESSOAS: LIDERANÇA, GERENCIAMENTO DE CONFLITOS, MOTIVAÇÃO, SISTEMAS DE INCENTIVO E RESPONSABILIZAÇÃO, GESTÃO DO DESEMPENHO.

3.1 PROGRAMA DE GESTÃO DO DESEMPENHO, TELETRABALHO. INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS, FLEXIBILIDADE ORGANIZACIONAL.

Explicação:

A gestão de pessoas envolve a promoção de um ambiente de trabalho saudável e motivador, o gerenciamento de conflitos, a definição de sistemas de incentivo e responsabilização, e a gestão do desempenho dos colaboradores.

Questão:

Qual é a importância da gestão do desempenho?

a) Inibir a promoção de um ambiente de trabalho saudável e motivador.

- b) Promover o acompanhamento e avaliação do desempenho dos colaboradores.
- c) Garantir a falta de sistemas de incentivo e responsabilização.
- d) Dificultar o gerenciamento de conflitos.

Resposta correta: b) Promover o acompanhamento e avaliação do desempenho dos colaboradores.

Comentário de justificativa: A gestão do desempenho é importante para promover o acompanhamento e avaliação do desempenho dos colaboradores, por meio da definição de critérios, indicadores e métodos para mensurar o desempenho, contribuindo para o desenvolvimento e motivação da equipe.

3.2 TRABALHO EM EQUIPE. GESTÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS, COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL E CULTURA ORGANIZACIONAL.

Explicação:

O trabalho em equipe envolve a colaboração e comunicação entre os membros da equipe, visando alcançar os objetivos comuns, enquanto a gestão de redes organizacionais envolve o estabelecimento e manutenção de parcerias e alianças estratégicas.

Questão:

Qual é a importância do trabalho em equipe?

- a) Inibir a colaboração e comunicação entre os membros da equipe.
- b) Promover o alcance dos objetivos comuns.
- c) Garantir a falta de parcerias e alianças estratégicas.

d) Dificultar o comportamento organizacional.

Resposta correta: b) Promover o alcance dos objetivos comuns.

Comentário de justificativa: O trabalho em equipe é importante para promover o alcance dos objetivos comuns, por meio da colaboração e comunicação entre os membros da equipe, contribuindo para a eficácia e eficiência das atividades desenvolvidas.

4. GESTÃO DE PROJETOS.

4.1 CONCEITOS BÁSICOS.

Explicação:

A gestão de projetos envolve a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para alcançar os objetivos do projeto dentro das restrições de prazo, custo, qualidade e recursos.

Questão:

O que envolve a gestão de projetos?

- a) Aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para alcançar os objetivos do projeto.
- b) Inibição da aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas.
- c) Garantia da falta de restrições de prazo, custo, qualidade e recursos.
- d) Dificultar o alcance dos objetivos do projeto.

Resposta correta: a) Aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para alcançar os objetivos do projeto.

Comentário de justificativa: A gestão de projetos envolve a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para alcançar os objetivos do projeto dentro das restrições de prazo, custo, qualidade e recursos, contribuindo para o sucesso do projeto.

4.2 PROCESSOS DO PMBOK.

Explicação:

O PMBOK (Project Management Body of Knowledge) é um guia de boas práticas em gestão de projetos, que descreve os processos, áreas de conhecimento e técnicas utilizadas na gestão de projetos.

Questão:

O que é o PMBOK?

- a) Um guia de boas práticas em gestão de projetos.
- b) Um sistema de gestão de projetos.
- c) Uma ferramenta de gestão de projetos.
- d) Um método de gestão de projetos.

Resposta correta: a) Um guia de boas práticas em gestão de projetos.

Comentário de justificativa: O PMBOK é um guia de boas práticas em gestão de projetos, que descreve os processos, áreas de conhecimento e técnicas utilizadas na gestão de projetos, contribuindo para a padronização e melhoria da gestão de projetos.

4.3 GERENCIAMENTO DA INTEGRAÇÃO, DO ESCOPO, DO TEMPO, DE CUSTOS, DA QUALIDADE, DE RECURSOS HUMANOS, DE COMUNICAÇÕES, DE RISCOS, DE AQUISIÇÕES, DE PARTES INTERESSADAS.

Explicação:

O gerenciamento de projetos envolve a coordenação e controle de diversas áreas, incluindo integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas.

Questão:

Quais são as áreas de gerenciamento de projetos?

- a) Integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas.
- b) Inibição da coordenação e controle de diversas áreas.
- c) Garantia da falta de controle de integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas.
- d) Dificultar a coordenação das áreas de gerenciamento.

Resposta correta: a) Integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas.

Comentário de justificativa: O gerenciamento de projetos envolve a coordenação e controle de diversas áreas, incluindo integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas, visando alcançar os objetivos do projeto de forma eficaz e eficiente.

4.4 METODOLOGIAS ÁGEIS.

Explicação:

As metodologias ágeis são abordagens de gestão de projetos que valorizam a colaboração, adaptação a mudanças, entrega incremental de valor e auto-organização das equipes.

Questão:

O que caracteriza as metodologias ágeis?

- a) Valorização da colaboração, adaptação a mudanças, entrega incremental de valor e auto-organização das equipes.
- b) Inibição da entrega incremental de valor.
- c) Garantia da falta de adaptação a mudanças.
- d) Dificultar a auto-organização das equipes.

Resposta correta: a) Valorização da colaboração, adaptação a mudanças, entrega incremental de valor e auto-organização das equipes.

Comentário de justificativa: As metodologias ágeis caracterizam-se pela valorização da colaboração, adaptação a mudanças, entrega incremental de valor e auto-organização das equipes, contribuindo para a flexibilidade e eficiência na gestão de projetos.

5. GESTÃO DE RISCOS: PRINCÍPIOS, OBJETOS, TÉCNICAS, MODELOS NACIONAIS E

INTERNACIONAIS, INTEGRAÇÃO AO PLANEJAMENTO.

5.1 PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS: COMUNICAÇÃO, CONSULTA, CONTEXTUALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE, TRATAMENTO, MONITORAMENTO E RETROALIMENTAÇÃO.

Explicação:

O processo de gestão de riscos envolve diversas etapas, incluindo comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação dos riscos identificados.

Questão:

Quais são as etapas do processo de gestão de riscos?

- a) Comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação.
- b) Inibição da identificação, análise e tratamento de riscos.
- c) Garantia da falta de monitoramento dos riscos.
- d) Dificultar a comunicação e consulta sobre riscos.

Resposta correta: a) Comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação.

Comentário de justificativa: O processo de gestão de riscos envolve diversas etapas, incluindo comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação dos riscos identificados, contribuindo para a redução e controle dos riscos organizacionais.

5.2 BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE RISCOS.

Explicação:

As boas práticas de gestão de riscos envolvem a utilização de metodologias e técnicas adequadas para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos organizacionais.

Questão:

Qual é a importância das boas práticas de gestão de riscos?

- a) Inibir a utilização de metodologias e técnicas adequadas.
- b) Promover a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos organizacionais.
- c) Garantir a falta de tratamento dos riscos.
- d) Dificultar a comunicação dos riscos organizacionais.

Resposta correta: b) Promover a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos organizacionais.

Comentário de justificativa: As boas práticas de gestão de riscos são importantes para promover a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos organizacionais, por meio da utilização de metodologias e técnicas adequadas, contribuindo para a redução e controle dos riscos.

6. INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA.

Explicação:

A inovação na gestão pública envolve a adoção de novas práticas, processos, tecnologias e modelos de gestão, visando melhorar a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos.

Questão:

Qual é a importância da inovação na gestão pública?

- a) Inibir a adoção de novas práticas, processos, tecnologias e modelos de gestão.
- b) Promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos.
- c) Garantir a falta de inovação na gestão pública.
- d) Dificultar a gestão dos serviços públicos.

Resposta correta: b) Promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos.

Comentário de justificativa: A inovação na gestão pública é importante para promover a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos, por meio da adoção de novas práticas, processos, tecnologias e modelos de gestão, contribuindo para a satisfação dos cidadãos e o desenvolvimento sustentável.

7. GOVERNO ELETRÔNICO; TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA; ACCOUNTABILITY.

Explicação:

O governo eletrônico envolve o uso de tecnologias de informação e comunicação para melhorar a prestação de serviços públicos, enquanto a transparência da

administração pública, o controle social e cidadania, e a accountability envolvem a prestação de contas, transparência e participação dos cidadãos na gestão pública.

Questão:

Qual é a importância do governo eletrônico, transparência da administração pública, controle social e cidadania, e accountability?

- a) Inibir a prestação de serviços públicos.
- b) Promover a melhoria da prestação de serviços públicos, transparência, participação dos cidadãos e prestação de contas.
- c) Garantir a falta de transparência e participação dos cidadãos.
- d) Dificultar a accountability.

Resposta correta: b) Promover a melhoria da prestação de serviços públicos, transparência, participação dos cidadãos e prestação de contas.

Comentário de justificativa: O governo eletrônico, transparência da administração pública, controle social e cidadania, e accountability são importantes para promover a melhoria da prestação de serviços públicos, transparência, participação dos cidadãos e prestação de contas, contribuindo para a eficiência e legitimidade da gestão pública.

8. COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA.

Explicação:

A comunicação na gestão pública envolve a troca de informações e ideias entre os diversos atores envolvidos na gestão pública, visando promover o entendimento, engajamento e colaboração.

Questão:

Qual é a importância da comunicação na gestão pública?

- a) Inibir a troca de informações e ideias entre os diversos atores envolvidos.
- b) Promover o entendimento, engajamento e colaboração.
- c) Garantir a falta de comunicação entre os diversos atores envolvidos.
- d) Dificultar a colaboração.

Resposta correta: b) Promover o entendimento, engajamento e colaboração.

Comentário de justificativa: A comunicação na gestão pública é importante para promover o entendimento, engajamento e colaboração entre os diversos atores envolvidos na gestão pública, por meio da troca de informações e ideias, contribuindo para a eficiência e eficácia da gestão pública.

9. COMPRAS GOVERNAMENTAIS.

9.1 PROCESSOS DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS.

Explicação:

Os processos de compras governamentais envolvem a aquisição de bens e serviços pelo governo, enquanto a gestão de contratos envolve o acompanhamento e controle dos contratos celebrados.

Questão:

Qual é a importância dos processos de compras e gestão de contratos governamentais?

- a) Inibir a aquisição de bens e serviços pelo governo.
- b) Promover a aquisição de bens e serviços pelo governo e o acompanhamento e controle dos contratos celebrados.
- c) Garantir a falta de gestão de contratos.
- d) Dificultar a celebração de contratos.

Resposta correta: b) Promover a aquisição de bens e serviços pelo governo e o acompanhamento e controle dos contratos celebrados.

Comentário de justificativa: Os processos de compras governamentais são importantes para promover a aquisição de bens e serviços pelo governo, enquanto a gestão de contratos é importante para garantir o acompanhamento e controle dos contratos celebrados, contribuindo para a eficiência e transparência das compras governamentais.

9.2 SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES.

Explicação:

A sustentabilidade das contratações envolve a consideração de aspectos ambientais, sociais e econômicos nas compras governamentais, visando promover o desenvolvimento sustentável.

Questão:

Qual é a importância da sustentabilidade das contratações?

- a) Inibir a consideração de aspectos ambientais, sociais e econômicos nas compras governamentais.
- b) Promover o desenvolvimento sustentável.

c) Garantir a falta de desenvolvimento sustentável.

d) Dificultar as compras governamentais.

Resposta correta: b) Promover o desenvolvimento sustentável.

Comentário de justificativa: A sustentabilidade das contratações é importante para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da consideração de aspectos ambientais, sociais e econômicos nas compras governamentais, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

9.3 COMPRAS CENTRALIZADAS.

Explicação:

As compras centralizadas envolvem a concentração das compras de bens e serviços em um órgão central de compras, visando obter melhores condições comerciais e reduzir custos.

Questão:

Qual é a importância das compras centralizadas?

a) Inibir a concentração das compras de bens e serviços em um órgão central.

b) Promover melhores condições comerciais e redução de custos.

c) Garantir a falta de melhores condições comerciais e redução de custos.

d) Dificultar a gestão das compras.

Resposta correta: b) Promover melhores condições comerciais e redução de custos.

Comentário de justificativa: As compras centralizadas são importantes para promover melhores condições comerciais e redução de custos, por meio da

concentração das compras de bens e serviços em um órgão central, contribuindo para a eficiência e eficácia das compras governamentais.

10. CONTROLES INTERNO E EXTERNO.

10.1 TRANSPARÊNCIA. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS– LGPD (LEI Nº 13.709/2018 E SUAS ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES).

Explicação:

A transparência envolve a divulgação de informações sobre as atividades e decisões governamentais, enquanto a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece regras sobre o tratamento de dados pessoais.

Questão:

Qual é a importância da transparência e da LGPD?

- a) Inibir a divulgação de informações sobre as atividades e decisões governamentais e o tratamento de dados pessoais.
- b) Promover a divulgação de informações sobre as atividades e decisões governamentais e o tratamento adequado de dados pessoais.
- c) Garantir a falta de divulgação de informações sobre as atividades e decisões governamentais.
- d) Dificultar o tratamento de dados pessoais.

Resposta correta: b) Promover a divulgação de informações sobre as atividades e decisões governamentais e o tratamento adequado de dados pessoais.

Comentário de justificativa: A transparência e a LGPD são importantes para promover a divulgação de informações sobre as atividades e decisões governamentais, e o tratamento adequado de dados pessoais, contribuindo para a proteção dos direitos e privacidade das pessoas.

11. PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA: CONSELHOS DE GESTÃO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, PARCERIA ENTRE GOVERNO E SOCIEDADE.

Explicação:

Os processos participativos de gestão pública envolvem a participação dos cidadãos na tomada de decisões e na gestão pública, por meio de conselhos de gestão, orçamento participativo e parcerias entre governo e sociedade.

Questão:

Qual é a importância dos processos participativos de gestão pública?

- a) Inibir a participação dos cidadãos na tomada de decisões e na gestão pública.
- b) Promover a participação dos cidadãos na tomada de decisões e na gestão pública.
- c) Garantir a falta de participação dos cidadãos na gestão pública.
- d) Dificultar a parceria entre governo e sociedade.

Resposta correta: b) Promover a participação dos cidadãos na tomada de decisões e na gestão pública.

Comentário de justificativa: Os processos participativos de gestão pública são importantes para promover a participação dos cidadãos na tomada de decisões e na gestão pública, por meio de conselhos de gestão, orçamento participativo e parcerias entre governo e sociedade, contribuindo para a democracia e a legitimidade da gestão pública.

12. ARTICULAÇÃO VERSUS A FRAGMENTAÇÃO DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS.

12.1 DIMENSÕES DA COORDENAÇÃO: INTRAGOVERNAMENTAL, INTERGOVERNAMENTAL E GOVERNO-SOCIEDADE.

Explicação:

A articulação envolve a integração e coordenação das ações governamentais, enquanto a fragmentação envolve a dispersão e falta de coordenação das ações.

Questão:

Qual é a importância da articulação e da coordenação das ações governamentais?

- a) Inibir a integração e coordenação das ações governamentais.
- b) Promover a integração e coordenação das ações governamentais.
- c) Garantir a fragmentação e falta de coordenação das ações governamentais.
- d) Dificultar a coordenação das ações governamentais.

Resposta correta: b) Promover a integração e coordenação das ações governamentais.

Comentário de justificativa: A articulação e coordenação das ações governamentais são importantes para promover a integração e coordenação das ações, contribuindo para a eficiência e eficácia da gestão pública, bem como para a promoção do desenvolvimento sustentável.

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS

1. PRINCIPAIS DIRETRIZES DA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Explicação:

As principais diretrizes da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas envolvem a definição de objetivos, ações e avaliação de resultados para atingir determinados fins públicos.

Questão:

Qual é o objetivo das principais diretrizes da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas?

- a) Definir ações sem avaliar resultados.
- b) Promover a formulação de políticas públicas sem implementação.
- c) Promover a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para atingir determinados fins públicos.
- d) Inibir a avaliação de resultados das políticas públicas.

Resposta correta: c) Promover a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para atingir determinados fins públicos.

Comentário de justificativa: As principais diretrizes da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas têm como objetivo promover a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para atingir determinados fins públicos, garantindo a efetividade das ações governamentais.

1.1 POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Explicação:

As políticas de ciência, tecnologia e inovação envolvem ações e programas para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em diversos setores.

Questão:

Qual é a importância das políticas de ciência, tecnologia e inovação?

- a) Inibir o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.
- b) Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.
- c) Garantir a falta de desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.
- d) Dificultar a implementação de políticas públicas.

Resposta correta: b) Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

Comentário de justificativa: As políticas de ciência, tecnologia e inovação são importantes para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, contribuindo para o avanço da sociedade e a competitividade no mercado global.

1.2 MARCO LEGAL DE CT&I (LEI Nº 13.243/2016).

Explicação:

O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) estabelece normas para incentivar a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a cooperação entre instituições.

Questão:

Qual é o objetivo do Marco Legal de CT&I (Lei nº 13.243/2016)?

- a) Inibir a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico.
- b) Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a cooperação entre instituições.
- c) Garantir a falta de incentivo à pesquisa científica.
- d) Dificultar a cooperação entre instituições.

Resposta correta: b) Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a cooperação entre instituições.

Comentário de justificativa: O Marco Legal de CT&I (Lei nº 13.243/2016) tem como objetivo promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a cooperação entre instituições, incentivando o avanço científico e tecnológico do país.

1.3 POLÍTICA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE CT&I.

Explicação:

A Política e Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) define as diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação no país.

Questão:

Qual é a importância da Política e Estratégia Nacional de CT&I?

- a) Inibir o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.
- b) Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.
- c) Garantir a falta de diretrizes, objetivos e metas para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.
- d) Dificultar a implementação de políticas públicas de CT&I.

Resposta correta: b) Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

Comentário de justificativa: A Política e Estratégia Nacional de CT&I são importantes para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, definindo diretrizes, objetivos e metas para orientar as ações nesse setor.

1.4 POLÍTICA NACIONAL DE INOVAÇÃO.

Explicação:

A Política Nacional de Inovação define as diretrizes e instrumentos para promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do país.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Inovação?

- a) Inibir a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico e social.
- b) Promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico e social.
- c) Garantir a falta de diretrizes e instrumentos para promover a inovação tecnológica.
- d) Dificultar o desenvolvimento econômico e social do país.

Resposta correta: b) Promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico e social.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Inovação é importante para promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do país, por meio da definição de diretrizes e instrumentos para incentivar a inovação em diversos setores.

1.5 LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL. LEI Nº 9.279/1996. LEI Nº 9.609/1998. LEI Nº 9.610/1998.

Explicação:

A legislação sobre direitos autorais, propriedade intelectual e industrial define as regras e normas para proteção e registro de obras intelectuais e industriais.

Questão:

Qual é a função da legislação sobre direitos autorais, propriedade intelectual e industrial?

- a) Inibir a proteção e registro de obras intelectuais e industriais.
- b) Promover a proteção e registro de obras intelectuais e industriais.

c) Garantir a falta de normas para proteção e registro de obras intelectuais e industriais.

d) Dificultar o acesso a obras intelectuais e industriais.

Resposta correta: b) Promover a proteção e registro de obras intelectuais e industriais.

Comentário de justificativa: A legislação sobre direitos autorais, propriedade intelectual e industrial é importante para promover a proteção e registro de obras intelectuais e industriais, garantindo os direitos dos criadores e incentivando a inovação e a criatividade.

1.6 LEI Nº 11.540/2007 (DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT).

Explicação:

A Lei nº 11.540/2007 estabelece normas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que financia projetos e programas de ciência, tecnologia e inovação.

Questão:

Qual é a função da Lei nº 11.540/2007?

a) Inibir o financiamento de projetos e programas de ciência, tecnologia e inovação.

b) Promover o financiamento de projetos e programas de ciência, tecnologia e inovação.

c) Garantir a falta de recursos para ciência, tecnologia e inovação.

d) Dificultar a implementação de políticas públicas de CT&I.

Resposta correta: b) Promover o financiamento de projetos e programas de ciência, tecnologia e inovação.

Comentário de justificativa: A Lei nº 11.540/2007 é importante para promover o financiamento de projetos e programas de ciência, tecnologia e inovação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), contribuindo para o avanço científico e tecnológico do país.

1.7 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.

Explicação:

A política de desenvolvimento agrário envolve ações e programas para promover o desenvolvimento rural, a reforma agrária e a melhoria da qualidade de vida no campo.

Questão:

Qual é a importância da política de desenvolvimento agrário?

- a) Inibir o desenvolvimento rural e a reforma agrária.
- b) Promover o desenvolvimento rural, a reforma agrária e a melhoria da qualidade de vida no campo.
- c) Garantir a falta de políticas para desenvolvimento agrário.
- d) Dificultar a melhoria da qualidade de vida no campo.

Resposta correta: b) Promover o desenvolvimento rural, a reforma agrária e a melhoria da qualidade de vida no campo.

Comentário de justificativa: A política de desenvolvimento agrário é importante para promover o desenvolvimento rural, a reforma agrária e a melhoria da qualidade de

vida no campo, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

1.8 ESTATUTO DA TERRA: LEI Nº 4.504/1964 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964 e alterações) estabelece normas para a reforma agrária, o uso e ocupação da terra, e o desenvolvimento rural.

Questão:

Qual é o objetivo do Estatuto da Terra?

- a) Inibir a reforma agrária, o uso e ocupação da terra, e o desenvolvimento rural.
- b) Promover a reforma agrária, o uso e ocupação da terra, e o desenvolvimento rural.
- c) Garantir a falta de normas para a reforma agrária.
- d) Dificultar o desenvolvimento rural.

Resposta correta: b) Promover a reforma agrária, o uso e ocupação da terra, e o desenvolvimento rural.

Comentário de justificativa: O Estatuto da Terra é importante para promover a reforma agrária, o uso e ocupação da terra, e o desenvolvimento rural, garantindo o acesso à terra e a melhoria da qualidade de vida no campo.

1.9 SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL. LEI Nº 5.868/1972 E LEI Nº 10.267/2001.

Explicação:

O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) é responsável pelo registro e controle das propriedades rurais no Brasil, garantindo a regularização fundiária e o ordenamento territorial.

Questão:

Qual é a função do Sistema Nacional de Cadastro Rural?

- a) Inibir o registro e controle das propriedades rurais.
- b) Promover o registro e controle das propriedades rurais.
- c) Garantir a falta de regularização fundiária e ordenamento territorial.
- d) Dificultar a regularização fundiária e ordenamento territorial.

Resposta correta: b) Promover o registro e controle das propriedades rurais.

Comentário de justificativa: O Sistema Nacional de Cadastro Rural é importante para promover o registro e controle das propriedades rurais, contribuindo para a regularização fundiária e o ordenamento territorial do país.

1.10 REGISTROS PÚBLICOS: LEI Nº 6.015/1973 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Lei nº 6.015/1973 estabelece normas para os registros públicos, incluindo o registro de imóveis e outros atos relacionados aos direitos reais sobre bens imóveis.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 6.015/1973?

- a) Inibir o registro de imóveis e outros atos relacionados aos direitos reais sobre bens imóveis.

b) Promover o registro de imóveis e outros atos relacionados aos direitos reais sobre bens imóveis.

c) Garantir a falta de normas para os registros públicos.

d) Dificultar a regularização fundiária.

Resposta correta: b) Promover o registro de imóveis e outros atos relacionados aos direitos reais sobre bens imóveis.

Comentário de justificativa: A Lei nº 6.015/1973 é importante para promover o registro de imóveis e outros atos relacionados aos direitos reais sobre bens imóveis, garantindo a segurança jurídica e a regularização fundiária.

1.11 MATRÍCULA E REGISTRO DE IMÓVEIS RURAIS. LEI Nº 6.739/1979.

Explicação:

A Lei nº 6.739/1979 estabelece normas para a matrícula e registro de imóveis rurais, garantindo a segurança jurídica e a regularização fundiária no campo.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 6.739/1979?

a) Inibir a matrícula e registro de imóveis rurais.

b) Promover a matrícula e registro de imóveis rurais.

c) Garantir a falta de normas para a matrícula e registro de imóveis rurais.

d) Dificultar a regularização fundiária no campo.

Resposta correta: b) Promover a matrícula e registro de imóveis rurais.

Comentário de justificativa: A Lei nº 6.739/1979 é importante para promover a matrícula e registro de imóveis rurais, garantindo a segurança jurídica e a regularização fundiária no campo.

1.12 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR. LEI Nº 9.393/1996 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um tributo federal que incide sobre a propriedade rural, com o objetivo de promover a justiça fiscal e a função social da propriedade.

Questão:

Qual é o objetivo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural?

- a) Inibir a justiça fiscal e a função social da propriedade rural.
- b) Promover a justiça fiscal e a função social da propriedade rural.
- c) Garantir a falta de tributação sobre a propriedade rural.
- d) Dificultar a regularização fundiária no campo.

Resposta correta: b) Promover a justiça fiscal e a função social da propriedade rural.

Comentário de justificativa: O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) tem como objetivo promover a justiça fiscal e a função social da propriedade rural, incentivando o uso adequado da terra e a regularização fundiária.

1.13 PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LEI Nº 10.931/2004 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Lei nº 10.931/2004 estabelece normas para o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, e Cédula de Crédito Bancário, visando fomentar o mercado imobiliário.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 10.931/2004?

- a) Inibir o mercado imobiliário.
- b) Promover o mercado imobiliário.
- c) Garantir a falta de normas para o mercado imobiliário.
- d) Dificultar o acesso ao crédito imobiliário.

Resposta correta: b) Promover o mercado imobiliário.

Comentário de justificativa: A Lei nº 10.931/2004 é importante para promover o mercado imobiliário, ao estabelecer normas que incentivam o financiamento e a aquisição de imóveis.

1.14 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS SITUADAS EM ÁREAS DA UNIÃO, NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA LEGAL. LEI Nº 11.952/2009 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Lei nº 11.952/2009 estabelece normas para a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, visando garantir o acesso à terra e a segurança jurídica dos ocupantes.

Questão:

Qual é o objetivo da Lei nº 11.952/2009?

- a) Inibir a regularização fundiária das ocupações em terras da União na Amazônia Legal.
- b) Promover a regularização fundiária das ocupações em terras da União na Amazônia Legal.
- c) Garantir a falta de regularização fundiária das ocupações em terras da União na Amazônia Legal.
- d) Dificultar o acesso à terra na Amazônia Legal.

Resposta correta: b) Promover a regularização fundiária das ocupações em terras da União na Amazônia Legal.

Comentário de justificativa: A Lei nº 11.952/2009 é importante para promover a regularização fundiária das ocupações em terras da União na Amazônia Legal, garantindo o acesso à terra e a segurança jurídica dos ocupantes.

1.15 LEGISLAÇÃO DA POLÍTICA BRASIL QUILOMBOLA. DECRETO Nº 4.887/ 2003.

Explicação:

O Decreto nº 4.887/2003 estabelece normas para a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, visando garantir o direito à terra e à cultura dessas comunidades.

Questão:

Qual é a importância do Decreto nº 4.887/2003?

- a) Inibir a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
- b) Promover a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
- c) Garantir a falta de titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
- d) Dificultar o acesso à terra das comunidades quilombolas.

Resposta correta: b) Promover a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Comentário de justificativa: O Decreto nº 4.887/2003 é importante para promover a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, garantindo o direito à terra e à cultura dessas comunidades.

1.16 POLÍTICA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA.

Explicação:

A política de agricultura e pecuária envolve ações e programas para promover o desenvolvimento agrícola e pecuário, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável no campo.

Questão:

Qual é a importância da política de agricultura e pecuária?

- a) Inibir o desenvolvimento agrícola e pecuário.
- b) Promover o desenvolvimento agrícola e pecuário, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável no campo.
- c) Garantir a falta de políticas para agricultura e pecuária.
- d) Dificultar a segurança alimentar no campo.

Resposta correta: b) Promover o desenvolvimento agrícola e pecuário, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável no campo.

Comentário de justificativa: A política de agricultura e pecuária é importante para promover o desenvolvimento agrícola e pecuário, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável no campo, contribuindo para a produção de alimentos e o bem-estar da população rural.

1.17 POLÍTICA AGRÍCOLA. LEI Nº 8.171/1991 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Lei nº 8.171/1991 estabelece as diretrizes da política agrícola, incluindo o apoio ao crédito rural, o seguro agrícola, o zoneamento agrícola e outras medidas para o desenvolvimento do setor agrícola.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 8.171/1991?

- a) Inibir a política agrícola.

b) Promover a política agrícola, incluindo o apoio ao crédito rural, o seguro agrícola, o zoneamento agrícola e outras medidas para o desenvolvimento do setor agrícola.

c) Garantir a falta de diretrizes para a política agrícola.

d) Dificultar o desenvolvimento do setor agrícola.

Resposta correta: b) Promover a política agrícola, incluindo o apoio ao crédito rural, o seguro agrícola, o zoneamento agrícola e outras medidas para o desenvolvimento do setor agrícola.

Comentário de justificativa: A Lei nº 8.171/1991 é importante para promover a política agrícola, incluindo o apoio ao crédito rural, o seguro agrícola, o zoneamento agrícola e outras medidas para o desenvolvimento do setor agrícola, contribuindo para o fortalecimento da agricultura no país.

1.18 SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA. DECRETO Nº 5.741/2006 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) estabelece normas para garantir a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal, contribuindo para a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos.

Questão:

Qual é a importância do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária?

a) Inibir a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal.

b) Promover a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal, contribuindo para a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos.

c) Garantir a falta de normas para garantir a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal.

d) Dificultar a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos.

Resposta correta: b) Promover a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal, contribuindo para a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos.

Comentário de justificativa: O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária é importante para promover a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal, contribuindo para a segurança alimentar e a qualidade dos alimentos, por meio da adoção de normas e controles sanitários.

1.19 Organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário. Lei nº 14.515/2022.

Explicação:

A Lei nº 14.515/2022 estabelece normas para a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, visando garantir a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 14.515/2022?

a) Inibir a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária.

b) Promover a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, garantindo a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários.

c) Garantir a falta de normas para a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária.

d) Dificultar a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários.

Resposta correta: b) Promover a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, garantindo a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários.

Comentário de justificativa: A Lei nº 14.515/2022 é importante para promover a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, garantindo a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários, por meio da adoção de medidas de prevenção e controle de doenças e pragas.

1.19 INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. DECRETO Nº 9.013/2017 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

O Decreto nº 9.013/2017 estabelece normas para a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos de origem animal.

Questão:

Qual é a importância do Decreto nº 9.013/2017?

- a) Inibir a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
- b) Promover a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos de origem animal.
- c) Garantir a falta de normas para a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
- d) Dificultar a segurança alimentar e a qualidade dos produtos de origem animal.

Resposta correta: b) Promover a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos de origem animal.

Comentário de justificativa: O Decreto nº 9.013/2017 é importante para promover a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar e a qualidade dos produtos de origem animal, por meio da adoção de normas e controles sanitários.

1.20 CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS (CIVP). DECRETO Nº 5.759/2006.

Explicação:

O Decreto nº 5.759/2006 promulga a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP), que estabelece normas para prevenir a disseminação de pragas e doenças que afetam as plantas.

Questão:

Qual é a importância do Decreto nº 5.759/2006?

- a) Inibir a proteção dos vegetais.
- b) Promover a proteção dos vegetais, estabelecendo normas para prevenir a disseminação de pragas e doenças que afetam as plantas.
- c) Garantir a falta de normas para a proteção dos vegetais.
- d) Dificultar a prevenção da disseminação de pragas e doenças que afetam as plantas.

Resposta correta: b) Promover a proteção dos vegetais, estabelecendo normas para prevenir a disseminação de pragas e doenças que afetam as plantas.

Comentário de justificativa: O Decreto nº 5.759/2006 é importante para promover a proteção dos vegetais, estabelecendo normas para prevenir a disseminação de pragas e doenças que afetam as plantas, contribuindo para a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

1.21 POLÍTICA AMBIENTAL.

Explicação:

A política ambiental envolve ações e programas para promover a proteção e conservação do meio ambiente, a utilização sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Questão:

Qual é a importância da política ambiental?

- a) Inibir a proteção e conservação do meio ambiente.
- b) Promover a proteção e conservação do meio ambiente, a utilização sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.
- c) Garantir a falta de políticas para proteção e conservação do meio ambiente.
- d) Dificultar a utilização sustentável dos recursos naturais.

Resposta correta: b) Promover a proteção e conservação do meio ambiente, a utilização sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Comentário de justificativa: A política ambiental é importante para promover a proteção e conservação do meio ambiente, a utilização sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da adoção de medidas de preservação e recuperação ambiental.

1.22 LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS (LEI Nº 9.605/1998 E ALTERAÇÕES).

Explicação:

A Lei nº 9.605/1998 estabelece normas para a punição de crimes ambientais, visando garantir a proteção do meio ambiente e a responsabilização dos infratores.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 9.605/1998?

- a) Inibir a punição de crimes ambientais.
- b) Promover a punição de crimes ambientais, garantindo a proteção do meio ambiente e a responsabilização dos infratores.
- c) Garantir a falta de normas para a punição de crimes ambientais.
- d) Dificultar a proteção do meio ambiente.

Resposta correta: b) Promover a punição de crimes ambientais, garantindo a proteção do meio ambiente e a responsabilização dos infratores.

Comentário de justificativa: A Lei nº 9.605/1998 é importante para promover a punição de crimes ambientais, garantindo a proteção do meio ambiente e a responsabilização dos infratores, por meio da adoção de medidas de prevenção e controle ambiental.

1.23 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI Nº 9.985/2000 E ALTERAÇÕES E DECRETO Nº 4.340/2002 E ALTERAÇÕES).

Explicação:

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabelece normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, visando garantir a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Questão:

Qual é a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação?

- a) Inibir a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
- b) Promover a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, garantindo a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.
- c) Garantir a falta de normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
- d) Dificultar a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Resposta correta: b) Promover a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, garantindo a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Comentário de justificativa: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é importante para promover a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, garantindo a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da adoção de medidas de conservação e preservação ambiental.

1.24 POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI Nº 6.938/1981, ALTERADA PELAS LEIS Nº 7.804/1989, Nº 10.165/2000, LEI Nº 11.105/2005, LEI Nº 11.284/2006, LEI Nº 941/2009, LCP 140/2011, LEI Nº 12.651/2012, LEI Nº 12.856/2013).

Explicação:

A Política Nacional de Meio Ambiente estabelece diretrizes para a proteção e preservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Meio Ambiente?

- a) Inibir a proteção e preservação do meio ambiente.
- b) Promover a proteção e preservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.
- c) Garantir a falta de diretrizes para a proteção e preservação do meio ambiente.
- d) Dificultar o desenvolvimento sustentável.

Resposta correta: b) Promover a proteção e preservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Meio Ambiente é importante para promover a proteção e preservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da adoção de medidas de conservação, preservação e recuperação ambiental.

1.25 VEGETAÇÃO NATIVA. LEI Nº 12.651/2012 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Lei nº 12.651/2012 estabelece normas para a proteção e conservação da vegetação nativa, visando garantir a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 12.651/2012?

- a) Inibir a proteção e conservação da vegetação nativa.
- b) Promover a proteção e conservação da vegetação nativa, garantindo a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.
- c) Garantir a falta de normas para a proteção e conservação da vegetação nativa.
- d) Dificultar a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Resposta correta: b) Promover a proteção e conservação da vegetação nativa, garantindo a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Comentário de justificativa: A Lei nº 12.651/2012 é importante para promover a proteção e conservação da vegetação nativa, garantindo a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da adoção de medidas de conservação e preservação ambiental.

1.26 RESOLUÇÕES CONAMA Nº 1/1986, Nº 237/1997, Nº 302/2002, Nº 303/2002, Nº 387/2006.

Explicação:

As Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) estabelecem normas e critérios para o licenciamento ambiental, a conservação e proteção do meio ambiente, contribuindo para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Questão:

Qual é a importância das Resoluções CONAMA?

- a) Inibir a conservação e proteção do meio ambiente.
- b) Promover a conservação e proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e critérios para o licenciamento ambiental.
- c) Garantir a falta de normas para o licenciamento ambiental.
- d) Dificultar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Resposta correta: b) Promover a conservação e proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e critérios para o licenciamento ambiental.

Comentário de justificativa: As Resoluções do CONAMA são importantes para promover a conservação e proteção do meio ambiente, estabelecendo normas e critérios para o licenciamento ambiental, contribuindo para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável.

1.27 POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. LEI Nº 11.445/2007 E ALTERAÇÕES E LEI Nº 14.026/2020.

Explicação:

A Política Nacional de Saneamento Básico estabelece diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico, visando garantir o acesso universal aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Saneamento Básico?

- a) Inibir o acesso universal aos serviços de saneamento básico.
- b) Promover o acesso universal aos serviços de saneamento básico, garantindo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- c) Garantir a falta de diretrizes para a prestação dos serviços de saneamento básico.
- d) Dificultar a prestação dos serviços de saneamento básico.

Resposta correta: b) Promover o acesso universal aos serviços de saneamento básico, garantindo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Saneamento Básico é importante para promover o acesso universal aos serviços de saneamento básico, garantindo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

1.28 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. LEI Nº 12.305/2010 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos, visando à redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a promoção da saúde pública.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Resíduos Sólidos?

- a) Inibir a gestão integrada dos resíduos sólidos.
- b) Promover a gestão integrada dos resíduos sólidos, visando à redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos.
- c) Garantir a falta de diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos.
- d) Dificultar a preservação do meio ambiente e a promoção da saúde pública.

Resposta correta: b) Promover a gestão integrada dos resíduos sólidos, visando à redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Resíduos Sólidos é importante para promover a gestão integrada dos resíduos sólidos, visando à redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a promoção da saúde pública.

1.29 POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA. LEI Nº 10.257/2001 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece diretrizes para a melhoria da mobilidade urbana, visando garantir o direito à cidade sustentável, o acesso democrático aos serviços urbanos e a preservação do meio ambiente.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Mobilidade Urbana?

- a) Inibir a melhoria da mobilidade urbana.
- b) Promover a melhoria da mobilidade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, o acesso democrático aos serviços urbanos e a preservação do meio ambiente.
- c) Garantir a falta de diretrizes para a melhoria da mobilidade urbana.
- d) Dificultar o acesso democrático aos serviços urbanos.

Resposta correta: b) Promover a melhoria da mobilidade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, o acesso democrático aos serviços urbanos e a preservação do meio ambiente.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Mobilidade Urbana é importante para promover a melhoria da mobilidade urbana, garantindo o direito à cidade sustentável, o acesso democrático aos serviços urbanos e a preservação do meio ambiente, por meio da adoção de medidas de planejamento e gestão urbana.

1.30 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. ESTATUTO DAS CIDADES. LEI Nº 10.257/2001 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano estabelece diretrizes para o planejamento e a gestão das cidades, visando garantir o desenvolvimento urbano sustentável, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano?

- a) Inibir o planejamento e a gestão das cidades.

- b) Promover o planejamento e a gestão das cidades, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.
- c) Garantir a falta de diretrizes para o planejamento e a gestão das cidades.
- d) Dificultar o desenvolvimento urbano sustentável.

Resposta correta: b) Promover o planejamento e a gestão das cidades, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é importante para promover o planejamento e a gestão das cidades, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da adoção de medidas de ordenamento territorial e gestão urbana.

1.31 POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES.

Explicação:

A Política Nacional de Transportes estabelece diretrizes para o planejamento e a gestão dos sistemas de transporte, visando garantir a mobilidade urbana, a integração nacional e a sustentabilidade dos sistemas de transporte.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional de Transportes?

- a) Inibir o planejamento e a gestão dos sistemas de transporte.
- b) Promover o planejamento e a gestão dos sistemas de transporte, garantindo a mobilidade urbana, a integração nacional e a sustentabilidade dos sistemas de transporte.

c) Garantir a falta de diretrizes para o planejamento e a gestão dos sistemas de transporte.

d) Dificultar a mobilidade urbana e a integração nacional.

Resposta correta: b) Promover o planejamento e a gestão dos sistemas de transporte, garantindo a mobilidade urbana, a integração nacional e a sustentabilidade dos sistemas de transporte.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Transportes é importante para promover o planejamento e a gestão dos sistemas de transporte, garantindo a mobilidade urbana, a integração nacional e a sustentabilidade dos sistemas de transporte, por meio da adoção de medidas de planejamento e gestão dos transportes.

1.32 POLÍTICA NACIONAL DA HABITAÇÃO.

Explicação:

A Política Nacional da Habitação estabelece diretrizes para o acesso à moradia digna, visando garantir o direito à moradia e o desenvolvimento urbano sustentável.

Questão:

Qual é a importância da Política Nacional da Habitação?

a) Inibir o acesso à moradia digna.

b) Promover o acesso à moradia digna, garantindo o direito à moradia e o desenvolvimento urbano sustentável.

c) Garantir a falta de diretrizes para o acesso à moradia digna.

d) Dificultar o direito à moradia.

Resposta correta: b) Promover o acesso à moradia digna, garantindo o direito à moradia e o desenvolvimento urbano sustentável.

Comentário de justificativa: A Política Nacional da Habitação é importante para promover o acesso à moradia digna, garantindo o direito à moradia e o desenvolvimento urbano sustentável, por meio da adoção de medidas de acesso à moradia e desenvolvimento urbano.

1.33 REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 8.987/1995 E ALTERAÇÕES).

Explicação:

A Lei nº 8.987/1995 estabelece normas para o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, visando garantir a prestação adequada dos serviços à população.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 8.987/1995?

- a) Inibir o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
- b) Promover o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, garantindo a prestação adequada dos serviços à população.
- c) Garantir a falta de normas para o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
- d) Dificultar a prestação adequada dos serviços à população.

Resposta correta: b) Promover o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, garantindo a prestação adequada dos serviços à população.

Comentário de justificativa: A Lei nº 8.987/1995 é importante para promover o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, garantindo a prestação adequada dos serviços à população, por meio da adoção de normas e critérios para a prestação dos serviços públicos.

1.34 NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 9.074/1995 E ALTERAÇÕES).

Explicação:

A Lei nº 9.074/1995 estabelece normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, visando garantir a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 9.074/1995?

- a) Inibir a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
- b) Promover a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.
- c) Garantir a falta de normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
- d) Dificultar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Resposta correta: b) Promover a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Comentário de justificativa: A Lei nº 9.074/1995 é importante para promover a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços, por meio da adoção de normas e critérios para a prestação dos serviços públicos.

1.35 LEI Nº 9.427/1996 E ALTERAÇÕES (INSTITUI A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL E DISCIPLINA O REGIME DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Explicação:

A Lei nº 9.427/1996 institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, visando garantir a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 9.427/1996?

- a) Inibir a instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
- b) Promover a instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e disciplinar o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.
- c) Garantir a falta de normas para a instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.
- d) Dificultar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços de energia elétrica.

Resposta correta: b) Promover a instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e disciplinar o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Comentário de justificativa: A Lei nº 9.427/1996 é importante para promover a instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e disciplinar o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, garantindo a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços, por meio da adoção de normas e critérios para a prestação dos serviços públicos de energia elétrica.

1.36 LEI Nº 10.438/2002 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE A EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA EMERGENCIAL E OUTROS ASSUNTOS).

Explicação:

A Lei nº 10.438/2002 dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, visando garantir o atendimento da demanda de energia elétrica no país.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 10.438/2002?

- a) Inibir a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.
- b) Promover a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, garantindo o atendimento da demanda de energia elétrica no país.
- c) Garantir a falta de normas para a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.
- d) Dificultar o atendimento da demanda de energia elétrica no país.

Resposta correta: b) Promover a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, garantindo o atendimento da demanda de energia elétrica no país.

Comentário de justificativa: A Lei nº 10.438/2002 é importante para promover a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, garantindo o atendimento da demanda de energia elétrica no país, por meio da adoção de medidas para o aumento da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica.

1.37 LEI Nº 10.848/2004 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA).

Explicação:

A Lei nº 10.848/2004 dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, estabelecendo normas e diretrizes para o setor elétrico, visando garantir a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 10.848/2004?

- a) Inibir a comercialização de energia elétrica.
- b) Promover a comercialização de energia elétrica, garantindo a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.
- c) Garantir a falta de normas para a comercialização de energia elétrica.
- d) Dificultar a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.

Resposta correta: b) Promover a comercialização de energia elétrica, garantindo a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.

Comentário de justificativa: A Lei nº 10.848/2004 é importante para promover a comercialização de energia elétrica, garantindo a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica, por meio da adoção de normas e diretrizes para o setor elétrico.

1.38 LEI Nº 12.111/2009 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA NOS SISTEMAS ISOLADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Explicação:

A Lei nº 12.111/2009 dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, visando garantir o atendimento da demanda de energia elétrica em áreas remotas e de difícil acesso.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 12.111/2009?

- a) Inibir o atendimento da demanda de energia elétrica em áreas remotas e de difícil acesso.
- b) Promover o atendimento da demanda de energia elétrica em áreas remotas e de difícil acesso, garantindo a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.
- c) Garantir a falta de normas para o atendimento da demanda de energia elétrica em áreas remotas e de difícil acesso.
- d) Dificultar a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.

Resposta correta: b) Promover o atendimento da demanda de energia elétrica em áreas remotas e de difícil acesso, garantindo a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica.

Comentário de justificativa: A Lei nº 12.111/2009 é importante para promover o atendimento da demanda de energia elétrica em áreas remotas e de difícil acesso, garantindo a eficiência e a competitividade do mercado de energia elétrica, por meio da adoção de medidas para a expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

1.39 LEI Nº 12.783/2013 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE AS CONCESSÕES DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, SOBRE A REDUÇÃO DOS ENCARGOS SETORIAIS E SOBRE A MODICIDADE TARIFÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

Explicação:

A Lei nº 12.783/2013 dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, visando garantir a segurança e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Questão:

Qual é a importância da Lei nº 12.783/2013?

- a) Inibir as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- b) Promover as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, garantindo a segurança e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.
- c) Garantir a falta de normas para as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- d) Dificultar a segurança e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Resposta correta: b) Promover as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, garantindo a segurança e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Comentário de justificativa: A Lei nº 12.783/2013 é importante para promover as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, garantindo a segurança e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, por meio da adoção de medidas para a melhoria e expansão dos serviços de energia elétrica.

EIXO TEMÁTICO 3 - GESTÃO AMBIENTAL E TECNOLÓGICA, SUSTENTABILIDADE E ENERGIA

1. GESTÃO AMBIENTAL.

1.1 REQUISITOS DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL SEGUNDO AS NORMAS ABNT NBR ISO 14.001:2015.

Explicação:

Os requisitos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) segundo a norma ABNT NBR ISO 14.001:2015 estabelecem critérios para uma organização desenvolver políticas ambientais, identificar e gerenciar impactos ambientais, além de garantir conformidade legal.

Questão:

Quais são os principais requisitos da norma ABNT NBR ISO 14.001:2015 para um Sistema de Gestão Ambiental?

a) Desenvolver políticas ambientais, identificar e gerenciar impactos ambientais, e garantir conformidade legal.

b) Estabelecer metas financeiras, reduzir o consumo de energia e aumentar a produção.

c) Implementar práticas sustentáveis sem considerar a legislação ambiental.

d) Ignorar os impactos ambientais e focar apenas na redução de custos.

Resposta correta: a) Desenvolver políticas ambientais, identificar e gerenciar impactos ambientais, e garantir conformidade legal.

Comentário de justificativa: A norma ABNT NBR ISO 14.001:2015 estabelece requisitos para um Sistema de Gestão Ambiental, incluindo o desenvolvimento de políticas ambientais, a identificação e gestão de impactos ambientais, e a garantia de conformidade legal, visando à sustentabilidade e responsabilidade ambiental das organizações.

2. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. LEI Nº 6.938/1981 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, estabelece princípios e diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, bem como a definição de responsabilidades e instrumentos para a gestão ambiental no Brasil.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme estabelecido pela Lei nº 6.938/1981?

a) Promover a degradação ambiental.

b) Estabelecer princípios e diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

- c) Incentivar a poluição e o desmatamento.
- d) Desconsiderar a gestão ambiental no Brasil.

Resposta correta: b) Estabelecer princípios e diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

Comentário de justificativa: A Política Nacional do Meio Ambiente, conforme estabelecida pela Lei nº 6.938/1981, tem como objetivo estabelecer princípios e diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental no país.

3. PLANEJAMENTO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO TERRITORIAL, URBANISMO, VOCAÇÃO E USO DO SOLO.

Explicação:

O planejamento ambiental, territorial, urbanístico, e de uso do solo busca ordenar o crescimento das cidades e das atividades humanas de forma sustentável, considerando a preservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas.

Questão:

Qual é a principal finalidade do planejamento ambiental e territorial?

- a) Desordenar o crescimento das cidades.
- b) Promover a degradação do meio ambiente.
- c) Ordenar o crescimento das cidades e atividades humanas de forma sustentável.
- d) Ignorar a preservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas.

Resposta correta: c) Ordenar o crescimento das cidades e atividades humanas de forma sustentável.

Comentário de justificativa: O planejamento ambiental e territorial visa ordenar o crescimento das cidades e atividades humanas de forma sustentável, considerando a preservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável.

4. NOÇÕES DE ECONOMIA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Explicação:

A economia ambiental estuda a relação entre economia e meio ambiente, buscando formas de desenvolvimento que promovam a sustentabilidade, equilibrando o crescimento econômico com a conservação ambiental.

Questão:

Qual é a principal preocupação da economia ambiental?

- a) Promover o crescimento econômico a qualquer custo.
- b) Ignorar os impactos ambientais das atividades econômicas.
- c) Estudar a relação entre economia e meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável.
- d) Desconsiderar a conservação ambiental em prol do lucro.

Resposta correta: c) Estudar a relação entre economia e meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável.

Comentário de justificativa: A economia ambiental tem como principal preocupação estudar a relação entre economia e meio ambiente para promover o desenvolvimento

sustentável, buscando equilibrar o crescimento econômico com a conservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas.

5. LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

5.1 PROCEDIMENTOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL. EIA/ RIMA: CRITÉRIOS PARA SUA EXIGÊNCIA, MÉTODOS DE ELABORAÇÃO, ETAPAS DE ELABORAÇÃO.

Explicação:

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos naturais ou que possam causar impactos ao meio ambiente.

Questão:

Qual é o objetivo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no licenciamento ambiental?

- a) Ignorar os impactos ambientais de um empreendimento.
- b) Justificar a realização de um empreendimento sem considerar seus impactos ambientais.
- c) Avaliar os impactos ambientais de um empreendimento e propor medidas mitigadoras.
- d) Acelerar o processo de licenciamento ambiental.

Resposta correta: c) Avaliar os impactos ambientais de um empreendimento e propor medidas mitigadoras.

Comentário de justificativa: O EIA/RIMA é utilizado no licenciamento ambiental para avaliar os impactos ambientais de um empreendimento e propor medidas mitigadoras, visando garantir a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

5.2 PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: TIPOS DE LICENCIAMENTO, AUDIÊNCIA PÚBLICA, COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, ATENDIMENTO DE CONDICIONANTES.

Explicação:

O processo de licenciamento ambiental inclui diferentes tipos de licenciamento, como o licenciamento ambiental simplificado, o licenciamento ambiental ordinário e o licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Além disso, pode envolver a realização de audiências públicas, a compensação ambiental e o atendimento de condicionantes impostos pelo órgão ambiental.

Questão:

O que é a compensação ambiental no contexto do licenciamento ambiental?

- a) Um mecanismo para acelerar o licenciamento ambiental.
- b) Uma forma de compensar financeiramente os impactos ambientais de um empreendimento.
- c) Uma medida para garantir a sustentabilidade ambiental.
- d) Um requisito desnecessário no processo de licenciamento ambiental.

Resposta correta: b) Uma forma de compensar financeiramente os impactos ambientais de um empreendimento.

Comentário de justificativa: A compensação ambiental é uma forma de compensar financeiramente os impactos ambientais de um empreendimento, sendo um instrumento importante para promover a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS, OBJETIVOS E DIRETRIZES.

Explicação:

O desenvolvimento sustentável busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades, equilibrando os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento.

Questão:

Qual é a principal característica do desenvolvimento sustentável?

- a) Ignorar as necessidades das gerações futuras.
- b) Priorizar o crescimento econômico em detrimento do meio ambiente.
- c) Equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento.
- d) Promover a degradação ambiental em nome do progresso.

Resposta correta: c) Equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento.

Comentário de justificativa: A principal característica do desenvolvimento sustentável é equilibrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, garantindo a sustentabilidade e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

7. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA VALORAÇÃO ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE.

Explicação:

A valoração econômica do meio ambiente busca atribuir valores aos recursos naturais e serviços ecossistêmicos, considerando seu papel na economia e na sociedade, para subsidiar a tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental.

Questão:

Qual é o objetivo da valoração econômica do meio ambiente?

- a) Promover a degradação ambiental em nome do lucro.
- b) Desconsiderar o valor dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos.
- c) Atribuir valores aos recursos naturais e serviços ecossistêmicos para subsidiar a tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental.
- d) Ignorar a importância do meio ambiente para a economia e a sociedade.

Resposta correta: c) Atribuir valores aos recursos naturais e serviços ecossistêmicos para subsidiar a tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental.

Comentário de justificativa: O objetivo da valoração econômica do meio ambiente é atribuir valores aos recursos naturais e serviços ecossistêmicos, considerando seu papel na economia e na sociedade, para subsidiar a tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental, promovendo a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais.

8. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA.

Explicação:

A sustentabilidade econômica busca garantir a viabilidade econômica das atividades humanas a longo prazo, considerando a eficiência no uso de recursos, a equidade social e a preservação ambiental.

Questão:

Qual é o principal objetivo da sustentabilidade econômica?

- a) Priorizar o lucro imediato em detrimento da viabilidade econômica a longo prazo.
- b) Ignorar a eficiência no uso de recursos, a equidade social e a preservação ambiental.
- c) Garantir a viabilidade econômica das atividades humanas a longo prazo.
- d) Promover a degradação ambiental em nome do desenvolvimento econômico.

Resposta correta: c) Garantir a viabilidade econômica das atividades humanas a longo prazo.

Comentário de justificativa: O principal objetivo da sustentabilidade econômica é garantir a viabilidade econômica das atividades humanas a longo prazo, considerando a eficiência no uso de recursos, a equidade social e a preservação ambiental, promovendo um desenvolvimento sustentável e responsável.

9. SUSTENTABILIDADE SOCIAL.

Explicação:

A sustentabilidade social busca garantir a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos, promovendo a inclusão e o bem-estar das comunidades em todas as dimensões do desenvolvimento.

Questão:

Qual é o principal objetivo da sustentabilidade social?

- a) Ignorar a equidade, a justiça social e os direitos humanos.
- b) Promover a exclusão e o mal-estar das comunidades.

c) Garantir a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos.

d) Priorizar interesses individuais em detrimento do bem-estar coletivo.

Resposta correta: c) Garantir a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos.

Comentário de justificativa: O principal objetivo da sustentabilidade social é garantir a equidade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos, promovendo a inclusão e o bem-estar das comunidades em todas as dimensões do desenvolvimento, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: REDUÇÃO DE DESMATAMENTOS E PRESERVAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS.

10.1 DIMINUIÇÃO DA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA; CONTROLE DA POLUIÇÃO E DO EMPOBRECIMENTO DO SOLO; PLANEJAMENTO DE RESPOSTA A DESASTRES AMBIENTAIS; APROVEITAMENTO DA ÁGUA.

Explicação:

A sustentabilidade ambiental visa garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, a redução da emissão de gases de efeito estufa, o controle da poluição e do empobrecimento do solo, o planejamento de resposta a desastres ambientais e o aproveitamento racional da água.

Questão:

Qual é o objetivo principal da sustentabilidade ambiental?

a) Promover o desmatamento e a degradação ambiental.

- b) Desconsiderar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- c) Garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- d) Ignorar a redução da emissão de gases de efeito estufa e o controle da poluição.

Resposta correta: c) Garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Comentário de justificativa: O objetivo principal da sustentabilidade ambiental é garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo a redução da emissão de gases de efeito estufa, o controle da poluição e do empobrecimento do solo, o planejamento de resposta a desastres ambientais e o aproveitamento racional da água, visando à preservação e à qualidade do meio ambiente.

11. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.

Explicação:

A Política Nacional sobre Mudança do Clima estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional sobre Mudança do Clima?

- a) Promover o aumento das emissões de gases de efeito estufa.
- b) Ignorar as mudanças climáticas.
- c) Estabelecer princípios, diretrizes e instrumentos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

d) Incentivar a degradação ambiental.

Resposta correta: c) Estabelecer princípios, diretrizes e instrumentos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Comentário de justificativa: A Política Nacional sobre Mudança do Clima tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e instrumentos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa e à promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

12. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL: CONCEITOS, LICENCIAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. LEI Nº 9.279/1996 E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A propriedade intelectual e industrial refere-se aos direitos relacionados à criação intelectual e à proteção da propriedade industrial, incluindo patentes, marcas, desenhos industriais e direitos autorais, bem como os procedimentos de licenciamento e transferência de tecnologia.

Questão:

O que é a propriedade industrial?

- a) Um mecanismo para promover a cópia e a reprodução não autorizada de produtos.
- b) Um sistema de proteção dos direitos relacionados à criação intelectual e à propriedade industrial.
- c) Uma forma de limitar o acesso à tecnologia e ao conhecimento.

d) Um instrumento para desencorajar a inovação e a criatividade.

Resposta correta: b) Um sistema de proteção dos direitos relacionados à criação intelectual e à propriedade industrial.

Comentário de justificativa: A propriedade industrial é um sistema de proteção dos direitos relacionados à criação intelectual e à propriedade industrial, garantindo a exclusividade de uso e comercialização de produtos e tecnologias, incentivando a inovação e a criatividade.

13. ENERGIAS RENOVÁVEIS: SOLAR, EÓLICA, HÍDRICA, MAREMOTRIZ, GEOTÉRMICA E BIOENERGIA.

Explicação:

As energias renováveis são fontes de energia obtidas a partir de recursos naturais que se renovam continuamente, como a energia solar, eólica, hídrica, maremotriz, geotérmica e a bioenergia, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e a diversificação da matriz energética.

Questão:

Qual é a principal vantagem das energias renováveis em relação às fontes não renováveis?

a) Aumentar a dependência de recursos finitos.

b) Causar mais impactos ambientais.

c) Contribuir para a redução dos impactos ambientais e a diversificação da matriz energética.

d) Ignorar a necessidade de preservação dos recursos naturais.

Resposta correta: c) Contribuir para a redução dos impactos ambientais e a diversificação da matriz energética.

Comentário de justificativa: A principal vantagem das energias renováveis em relação às fontes não renováveis é contribuir para a redução dos impactos ambientais e a diversificação da matriz energética, promovendo a sustentabilidade e a segurança energética.

14. SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO.

14.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA; COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES COMPONENTES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.

Explicação:

O sistema elétrico brasileiro é composto por diversas instituições, como o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, que têm atribuições específicas na gestão e regulação do setor elétrico.

Questão:

Quais são as instituições componentes do setor elétrico brasileiro?

a) Ministério da Educação, ANEEL e ONS.

b) Ministério de Minas e Energia, ANEEL, ONS e empresas de geração, transmissão e distribuição de energia.

c) Ministério do Meio Ambiente, ANEEL e ONS.

d) Ministério da Agricultura, ANEEL e ONS.

Resposta correta: b) Ministério de Minas e Energia, ANEEL, ONS e empresas de geração, transmissão e distribuição de energia.

Comentário de justificativa: O setor elétrico brasileiro é composto pelo Ministério de Minas e Energia, a ANEEL, o ONS e as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, que têm papéis específicos na gestão e regulação do setor, garantindo o fornecimento de energia elétrica de forma segura, sustentável e eficiente.

15. REGIMES PARA OS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM ENERGIA: CONCESSÃO, AUTORIZAÇÃO E PERMISSÃO.

Explicação:

Os regimes de concessão, autorização e permissão são formas de delegação da prestação de serviços públicos em energia, estabelecendo as condições e obrigações para a prestação desses serviços pelas empresas concessionárias, autorizadas ou permissionárias.

Questão:

Qual é a diferença entre os regimes de concessão, autorização e permissão para prestação de serviços públicos em energia?

a) Não há diferença entre os regimes.

b) Concessão é a forma mais simples de delegação, autorização é a forma intermediária e permissão é a forma mais complexa.

c) Concessão é a forma mais complexa de delegação, autorização é a forma intermediária e permissão é a forma mais simples.

d) Autorização é a forma mais simples de delegação, concessão é a forma intermediária e permissão é a forma mais complexa.

Resposta correta: d) Autorização é a forma mais simples de delegação, concessão é a forma intermediária e permissão é a forma mais complexa.

Comentário de justificativa: A autorização é a forma mais simples de delegação, em que o poder público autoriza uma empresa a prestar determinado serviço público, sem a necessidade de licitação. A concessão é a forma intermediária, em que o poder público concede a prestação de um serviço público mediante licitação. A permissão é a forma mais complexa, em que o poder público permite a prestação de um serviço público de forma precária e transitória, sem a necessidade de licitação.

16. USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA: DIREITOS E DEVERES.

Explicação:

Os usuários dos serviços de energia elétrica têm direitos e deveres estabelecidos pela legislação, como o direito à qualidade e à segurança do serviço, à informação adequada sobre seu consumo e à participação nos processos de regulação e fiscalização, bem como o dever de pagar pelos serviços utilizados e utilizar a energia de forma consciente e eficiente.

Questão:

Quais são os direitos dos usuários dos serviços de energia elétrica?

- a) Pagar pelos serviços utilizados e utilizar a energia de forma consciente e eficiente.
- b) Receber informações adequadas sobre seu consumo e participar nos processos de regulação e fiscalização.
- c) Não há direitos estabelecidos para os usuários.

d) Ter acesso à qualidade e à segurança do serviço.

Resposta correta: b) Receber informações adequadas sobre seu consumo e participar nos processos de regulação e fiscalização.

Comentário de justificativa: Os usuários dos serviços de energia elétrica têm direito a receber informações adequadas sobre seu consumo, participar nos processos de regulação e fiscalização, além de ter acesso à qualidade e à segurança do serviço, garantindo seus interesses e promovendo a transparência e a eficiência do setor elétrico.

17. REGIMES DE PREÇOS E TARIFAS DOS VÁRIOS SEGMENTOS DO SETOR ELÉTRICO.

Explicação:

Os regimes de preços e tarifas do setor elétrico são estabelecidos pela ANEEL e têm o objetivo de garantir a remuneração adequada dos investimentos, a cobertura dos custos operacionais e a modicidade tarifária, buscando equilibrar os interesses dos consumidores e das empresas do setor.

Questão:

Qual é o objetivo dos regimes de preços e tarifas do setor elétrico?

- a) Garantir a remuneração inadequada dos investimentos.
- b) Cobrir apenas parte dos custos operacionais.
- c) Promover a modicidade tarifária.
- d) Ignorar os interesses dos consumidores.

Resposta correta: c) Promover a modicidade tarifária.

Comentário de justificativa: Os regimes de preços e tarifas do setor elétrico têm como objetivo garantir a remuneração adequada dos investimentos, a cobertura dos custos operacionais e a modicidade tarifária, buscando equilibrar os interesses dos consumidores e das empresas do setor, promovendo a eficiência e a sustentabilidade do setor elétrico.

18. CONSUMIDOR LIVRE.

Explicação:

O consumidor livre é aquele que possui demanda contratada igual ou superior a 3.000 kW e pode escolher livremente seu fornecedor de energia elétrica, negociando livremente as condições comerciais e tarifárias do contrato.

Questão:

O que caracteriza um consumidor livre no setor elétrico?

- a) Ter demanda contratada inferior a 3.000 kW.
- b) Não ter escolha sobre seu fornecedor de energia elétrica.
- c) Poder escolher livremente seu fornecedor de energia elétrica e negociar as condições comerciais e tarifárias do contrato.
- d) Não ter direitos estabelecidos.

Resposta correta: c) Poder escolher livremente seu fornecedor de energia elétrica e negociar as condições comerciais e tarifárias do contrato.

Comentário de justificativa: Um consumidor livre no setor elétrico é aquele que possui demanda contratada igual ou superior a 3.000 kW e pode escolher livremente seu fornecedor de energia elétrica, negociando as condições comerciais e tarifárias do contrato, garantindo sua autonomia e promovendo a competição no setor.

19. LIVRE ACESSO AOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO.

Explicação:

O livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica permite que os agentes geradores, consumidores e comercializadores tenham acesso não discriminatório às redes de transmissão e distribuição, garantindo a competição no mercado de energia elétrica.

Questão:

Qual é o objetivo do livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica?

- a) Restringir o acesso às redes de transmissão e distribuição.
- b) Garantir que apenas as empresas concessionárias tenham acesso às redes.
- c) Permitir que os agentes geradores, consumidores e comercializadores tenham acesso não discriminatório às redes de transmissão e distribuição.
- d) Promover a concentração de mercado.

Resposta correta: c) Permitir que os agentes geradores, consumidores e comercializadores tenham acesso não discriminatório às redes de transmissão e distribuição.

Comentário de justificativa: O objetivo do livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica é permitir que os agentes geradores, consumidores e comercializadores tenham acesso não discriminatório às redes, garantindo a competição no mercado de energia elétrica e promovendo a eficiência e a transparência do setor.

EIXO TEMÁTICO 4 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS, POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS

1.1 ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIAL.

Explicação:

Os estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social são fundamentais para avaliar a viabilidade de um projeto de obra, considerando aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais, visando garantir sua sustentabilidade e eficiência.

Questão:

Qual é a finalidade dos estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social em um projeto de obra?

- a) Avaliar apenas aspectos técnicos.
- b) Ignorar a sustentabilidade do projeto.
- c) Avaliar a viabilidade do projeto considerando aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais.
- d) Desconsiderar os aspectos econômicos do projeto.

Resposta correta: c) Avaliar a viabilidade do projeto considerando aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais.

Comentário de justificativa: Os estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social têm como finalidade avaliar a viabilidade do projeto considerando aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais, garantindo sua sustentabilidade e eficiência.

1.2 PLANEJAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS: PROGRAMAÇÃO, ORÇAMENTAÇÃO E CONTROLE.

Explicação:

O planejamento de obras e serviços envolve a programação, orçamentação e controle das atividades, visando garantir a execução dentro do prazo, custo e qualidade previstos.

Questão:

Qual é a finalidade do planejamento de obras e serviços?

- a) Aumentar o prazo e o custo da obra.
- b) Desconsiderar a qualidade da obra.
- c) Garantir a execução dentro do prazo, custo e qualidade previstos.
- d) Ignorar o controle das atividades.

Resposta correta: c) Garantir a execução dentro do prazo, custo e qualidade previstos.

Comentário de justificativa: O planejamento de obras e serviços tem como finalidade garantir a execução dentro do prazo, custo e qualidade previstos, aumentando a eficiência e a eficácia da obra.

1.3 METODOLOGIAS E FERRAMENTAS DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS E SERVIÇOS.

Explicação:

As metodologias e ferramentas de orçamento, planejamento e controle de obras e serviços são importantes para garantir a eficiência e a qualidade na gestão de projetos, permitindo a otimização dos recursos e a redução de custos.

Questão:

Qual é a importância das metodologias e ferramentas de orçamento, planejamento e controle de obras e serviços?

- a) Aumentar os custos e reduzir a eficiência.
- b) Ignorar a qualidade na gestão de projetos.
- c) Garantir a eficiência e a qualidade na gestão de projetos, permitindo a otimização dos recursos e a redução de custos.
- d) Desconsiderar a necessidade de controle.

Resposta correta: c) Garantir a eficiência e a qualidade na gestão de projetos, permitindo a otimização dos recursos e a redução de custos.

Comentário de justificativa: As metodologias e ferramentas de orçamento, planejamento e controle de obras e serviços são importantes para garantir a eficiência e a qualidade na gestão de projetos, permitindo a otimização dos recursos e a redução de custos.

1.4 GERENCIAMENTO ESTRATÉGICO DE OBRAS.

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS CONSTRUTIVOS.

Explicação:

O gerenciamento estratégico de obras envolve o planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades da obra, visando atingir os objetivos estabelecidos de forma eficiente e eficaz.

Questão:

O que envolve o gerenciamento estratégico de obras?

- a) Apenas o planejamento das atividades.
- b) Ignorar a organização e a direção das atividades.
- c) O planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades da obra.
- d) Desconsiderar os objetivos estabelecidos.

Resposta correta: c) O planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades da obra.

Comentário de justificativa: O gerenciamento estratégico de obras envolve o planejamento, a organização, a direção e o controle das atividades da obra, garantindo a eficiência e eficácia na execução do projeto.

1.5 GESTÃO DE RISCOS – PRINCÍPIOS, MATRIZ DE RISCOS E OUTRAS FERRAMENTAS.

Explicação:

A gestão de riscos em obras envolve a identificação, a análise, a avaliação e o tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos adversos e seus impactos.

Questão:

Qual é o objetivo da gestão de riscos em obras?

- a) Aumentar a probabilidade de ocorrência de eventos adversos.
- b) Ignorar os impactos dos eventos adversos.
- c) Reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos adversos e seus impactos.

d) Desconsiderar a identificação e análise dos riscos.

Resposta correta: c) Reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos adversos e seus impactos.

Comentário de justificativa: A gestão de riscos em obras tem como objetivo reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos adversos e seus impactos, garantindo a segurança e a eficiência da obra.

1.6 GESTÃO DA QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Explicação:

A gestão da qualidade na construção civil envolve a implementação de processos e práticas que visam garantir a conformidade dos produtos e serviços com os requisitos e expectativas dos clientes, promovendo a melhoria contínua.

Questão:

Qual é o objetivo da gestão da qualidade na construção civil?

a) Ignorar a conformidade dos produtos e serviços com os requisitos e expectativas dos clientes.

b) Desconsiderar a melhoria contínua.

c) Garantir a conformidade dos produtos e serviços com os requisitos e expectativas dos clientes, promovendo a melhoria contínua.

d) Aumentar os custos sem benefícios para o cliente.

Resposta correta: c) Garantir a conformidade dos produtos e serviços com os requisitos e expectativas dos clientes, promovendo a melhoria contínua.

Comentário de justificativa: A gestão da qualidade na construção civil tem como objetivo garantir a conformidade dos produtos e serviços com os requisitos e expectativas dos clientes, promovendo a melhoria contínua e a satisfação do cliente.

1.7 MODELAGEM BIM.

Explicação:

A modelagem BIM (Building Information Modeling) é uma metodologia que permite a criação e o gerenciamento de informações integradas ao longo do ciclo de vida de uma construção, facilitando o planejamento, o projeto, a construção e a operação da obra.

Questão:

Qual é a principal característica da modelagem BIM?

- a) Facilitar apenas o planejamento da obra.
- b) Ignorar a integração de informações ao longo do ciclo de vida da construção.
- c) Permitir a criação e o gerenciamento de informações integradas ao longo do ciclo de vida de uma construção.
- d) Desconsiderar a operação da obra.

Resposta correta: c) Permitir a criação e o gerenciamento de informações integradas ao longo do ciclo de vida de uma construção.

Comentário de justificativa: A principal característica da modelagem BIM é permitir a criação e o gerenciamento de informações integradas ao longo do ciclo de vida de uma construção, facilitando a tomada de decisão e a colaboração entre os diversos agentes envolvidos no projeto.

1.8 CONTROLE FINANCEIRO DE OBRAS E SERVIÇOS: JUROS SIMPLES, JUROS COMPOSTOS, CURVAS DE CONTROLE, REAJUSTAMENTO E ÍNDICES APLICADOS NA ENGENHARIA CIVIL.

Explicação:

O controle financeiro de obras e serviços envolve o acompanhamento e a análise dos custos, receitas e investimentos relacionados ao projeto, utilizando ferramentas como juros simples, juros compostos, curvas de controle, reajustamento e índices aplicados na engenharia civil.

Questão:

Por que é importante o controle financeiro de obras e serviços?

- a) Aumentar os custos do projeto.
- b) Ignorar os investimentos relacionados ao projeto.
- c) Garantir o acompanhamento e a análise dos custos, receitas e investimentos relacionados ao projeto.
- d) Desconsiderar as ferramentas financeiras aplicadas na engenharia civil.

Resposta correta: c) Garantir o acompanhamento e a análise dos custos, receitas e investimentos relacionados ao projeto.

Comentário de justificativa: O controle financeiro de obras e serviços é importante para garantir o acompanhamento e a análise dos custos, receitas e investimentos relacionados ao projeto, garantindo sua viabilidade e eficiência financeira.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA

2.1 POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Explicação:

A Política Nacional de Saneamento Básico estabelece diretrizes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional de Saneamento Básico?

- a) Restringir o acesso aos serviços de saneamento básico.
- b) Ignorar a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.
- c) Estabelecer diretrizes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.
- d) Desconsiderar a importância do saneamento básico para a saúde pública.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Saneamento Básico tem como objetivo estabelecer diretrizes para a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, garantindo a melhoria da qualidade de vida e a saúde pública.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Explicação:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, visando à prevenção e à redução da geração de resíduos, à reutilização e à reciclagem, além da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos?

- a) Aumentar a geração de resíduos sólidos.
- b) Ignorar a gestão integrada dos resíduos sólidos.
- c) Estabelecer diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.
- d) Desconsiderar a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como objetivo estabelecer diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, promovendo a redução da geração de resíduos, a reutilização, a reciclagem e a disposição final adequada dos rejeitos.

2.3 POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA (LEI Nº 10.257/2001) E ALTERAÇÕES.

Explicação:

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelece diretrizes para a melhoria da mobilidade urbana, buscando garantir o direito à cidade sustentável, com prioridade para os modos de transporte não motorizados e o transporte público coletivo.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional de Mobilidade Urbana?

- a) Priorizar o transporte motorizado individual.

- b) Ignorar o direito à cidade sustentável.
- c) Estabelecer diretrizes para a melhoria da mobilidade urbana, com prioridade para os modos de transporte não motorizados e o transporte público coletivo.
- d) Desconsiderar a importância do transporte público coletivo.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para a melhoria da mobilidade urbana, com prioridade para os modos de transporte não motorizados e o transporte público coletivo.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem como objetivo estabelecer diretrizes para a melhoria da mobilidade urbana, com prioridade para os modos de transporte não motorizados e o transporte público coletivo, garantindo o direito à cidade sustentável.

2.4 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. ESTATUTO DAS CIDADES.

Explicação:

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, com foco na função social da cidade e da propriedade urbana, conforme previsto no Estatuto das Cidades.

Questão:

Qual é o foco da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano?

- a) Desenvolvimento urbano insustentável.
- b) Ignorar a função social da cidade e da propriedade urbana.
- c) Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, com foco na função social da cidade e da propriedade urbana.

d) Desconsiderar o Estatuto das Cidades.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, com foco na função social da cidade e da propriedade urbana.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano tem como foco estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, com foco na função social da cidade e da propriedade urbana, conforme previsto no Estatuto das Cidades.

2.5 POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES.

Explicação:

A Política Nacional de Transportes estabelece diretrizes para o desenvolvimento do sistema de transportes, visando à integração entre os diferentes modos de transporte, a eficiência e a sustentabilidade do sistema.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional de Transportes?

a) Desenvolver um sistema de transportes integrado.

b) Ignorar a eficiência e a sustentabilidade do sistema de transportes.

c) Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do sistema de transportes, visando à integração entre os diferentes modos de transporte, a eficiência e a sustentabilidade do sistema.

d) Desconsiderar a importância da integração entre os diferentes modos de transporte.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do sistema de transportes, visando à integração entre os diferentes modos de transporte, a eficiência e a sustentabilidade do sistema.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Transportes tem como objetivo estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do sistema de transportes, visando à integração entre os diferentes modos de transporte, a eficiência e a sustentabilidade do sistema, garantindo a mobilidade urbana e regional.

2.6 POLÍTICA NACIONAL DA HABITAÇÃO.

Explicação:

A Política Nacional da Habitação estabelece diretrizes para a promoção do acesso à moradia digna, com foco na regularização fundiária, na produção de habitações de interesse social e no acesso ao crédito habitacional.

Questão:

Qual é o foco da Política Nacional da Habitação?

- a) Restringir o acesso à moradia digna.
- b) Ignorar a regularização fundiária.
- c) Estabelecer diretrizes para a promoção do acesso à moradia digna, com foco na regularização fundiária, na produção de habitações de interesse social e no acesso ao crédito habitacional.
- d) Desconsiderar a produção de habitações de interesse social.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para a promoção do acesso à moradia digna, com foco na regularização fundiária, na produção de habitações de interesse social e no acesso ao crédito habitacional.

Comentário de justificativa: A Política Nacional da Habitação tem como foco estabelecer diretrizes para a promoção do acesso à moradia digna, com foco na regularização fundiária, na produção de habitações de interesse social e no acesso ao crédito habitacional, garantindo o direito à moradia adequada.

2.7 LEI Nº 11.488/2007 E ALTERAÇÕES (CRIA O REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA – REIDI).

Explicação:

O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) estabelece incentivos fiscais para projetos de infraestrutura, visando estimular investimentos nesse setor.

Questão:

Qual é o objetivo do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)?

- a) Restringir os investimentos em infraestrutura.
- b) Ignorar os incentivos fiscais.
- c) Estabelecer incentivos fiscais para projetos de infraestrutura, visando estimular investimentos nesse setor.
- d) Desconsiderar a importância dos investimentos em infraestrutura.

Resposta correta: c) Estabelecer incentivos fiscais para projetos de infraestrutura, visando estimular investimentos nesse setor.

Comentário de justificativa: O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) tem como objetivo estabelecer incentivos fiscais para projetos de infraestrutura, visando estimular investimentos nesse setor, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

2.8 INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA: DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA;

COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO; DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – DUP.

Explicação:

A infraestrutura de energia elétrica envolve o desenvolvimento da infraestrutura, o compartilhamento de infraestrutura de distribuição e transmissão, e a Declaração de Utilidade Pública (DUP) para a implantação de empreendimentos de energia elétrica.

Questão:

Por que é importante o desenvolvimento da infraestrutura de energia elétrica?

- a) Restringir o acesso à energia elétrica.
- b) Ignorar o compartilhamento de infraestrutura.
- c) Garantir o acesso à energia elétrica por meio do desenvolvimento da infraestrutura.
- d) Desconsiderar a necessidade de declaração de utilidade pública.

Resposta correta: c) Garantir o acesso à energia elétrica por meio do desenvolvimento da infraestrutura.

Comentário de justificativa: O desenvolvimento da infraestrutura de energia elétrica é importante para garantir o acesso à energia elétrica por meio do desenvolvimento da infraestrutura, promovendo o desenvolvimento econômico e social e garantindo o bem-estar da população.

2.9 POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (LEI Nº 12.334/2010 E ALTERAÇÕES).

Explicação:

A Política Nacional de Segurança de Barragens estabelece diretrizes para a segurança de barragens, visando prevenir acidentes e garantir a segurança das pessoas e do meio ambiente.

Questão:

Qual é o objetivo da Política Nacional de Segurança de Barragens?

- a) Aumentar os riscos de acidentes em barragens.
- b) Ignorar a segurança das pessoas e do meio ambiente.
- c) Estabelecer diretrizes para a segurança de barragens, visando prevenir acidentes e garantir a segurança das pessoas e do meio ambiente.
- d) Desconsiderar a importância da segurança das barragens.

Resposta correta: c) Estabelecer diretrizes para a segurança de barragens, visando prevenir acidentes e garantir a segurança das pessoas e do meio ambiente.

Comentário de justificativa: A Política Nacional de Segurança de Barragens tem como objetivo estabelecer diretrizes para a segurança de barragens, visando prevenir acidentes e garantir a segurança das pessoas e do meio ambiente, garantindo a sustentabilidade e a segurança das obras hidráulicas.

3. ACESSIBILIDADE

3.1 CONCEITO E APLICAÇÕES.

Explicação:

A acessibilidade refere-se à possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, sistemas de transporte, entre outros.

Questão:

Qual é o objetivo da acessibilidade?

- a) Restringir o acesso de pessoas com deficiência.
- b) Ignorar a segurança e autonomia na utilização de edificações e espaços.
- c) Garantir o alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, entre outros.
- d) Desconsiderar a importância da inclusão social.

Resposta correta: c) Garantir o alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, entre outros.

Comentário de justificativa: A acessibilidade tem como objetivo garantir o alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, entre outros, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

3.2 TIPOS: ATITUDINAL; ARQUITETÔNICA; METODOLÓGICA; PROGRAMÁTICA; INSTRUMENTAL; NOS TRANSPORTES; NAS COMUNICAÇÕES; DIGITAL E NATURAL.

Explicação:

Os tipos de acessibilidade incluem a acessibilidade atitudinal (relacionada à atitude das pessoas), arquitetônica (relacionada à estrutura física), metodológica (relacionada aos métodos e processos), programática (relacionada à oferta de serviços), instrumental (relacionada aos instrumentos e ferramentas), nos transportes, nas comunicações, digital e natural.

Questão:

Quais são os tipos de acessibilidade?

- a) Apenas acessibilidade arquitetônica e nos transportes.
- b) Apenas acessibilidade digital e natural.
- c) Acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações, digital e natural.
- d) Apenas acessibilidade digital.

Resposta correta: c) Acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações, digital e natural.

Comentário de justificativa: Os tipos de acessibilidade incluem a acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações, digital e natural, abrangendo diferentes aspectos que garantem a inclusão e a acessibilidade para todos.

3.4 ABNT NBR 9050:2022 - ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.

Explicação:

A ABNT NBR 9050:2022 estabelece critérios e parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, promovendo a inclusão e a igualdade de acesso.

Questão:

Qual é o objetivo da ABNT NBR 9050:2022?

- a) Restringir a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- b) Ignorar os critérios técnicos para garantir a acessibilidade.

c) Estabelecer critérios e parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

d) Desconsiderar a importância da inclusão e da igualdade de acesso.

Resposta correta: c) Estabelecer critérios e parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Comentário de justificativa: A ABNT NBR 9050:2022 tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, promovendo a inclusão e a igualdade de acesso para todas as pessoas.

EIXO TEMÁTICO 5 - ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO

1. ENGENHARIA CARTOGRÁFICA

1.1 DEFINIÇÃO E REALIZAÇÃO DE SISTEMAS GEODÉSICOS DE REFERÊNCIA.

Explicação:

Os Sistemas Geodésicos de Referência são estruturas de referência que definem a forma, o tamanho e a orientação da Terra, sendo fundamentais para a cartografia e o posicionamento geoespacial.

Questão:

Qual é a função dos Sistemas Geodésicos de Referência?

a) Definir a forma da Lua.

- b) Ignorar a orientação da Terra.
- c) Estabelecer a forma, o tamanho e a orientação da Terra para a cartografia e o posicionamento geoespacial.
- d) Desconsiderar a importância da Terra para a engenharia cartográfica.

Resposta correta: c) Estabelecer a forma, o tamanho e a orientação da Terra para a cartografia e o posicionamento geoespacial.

Comentário de justificativa: Os Sistemas Geodésicos de Referência têm como função estabelecer a forma, o tamanho e a orientação da Terra para a cartografia e o posicionamento geoespacial, garantindo a precisão e a confiabilidade das informações espaciais.

1.1.1 ESTRUTURAS GEODÉSICAS.

Explicação:

As estruturas geodésicas são sistemas de referência terrestre baseados em coordenadas geográficas e altitudes, utilizados para representar a superfície terrestre de forma precisa.

Questão:

O que são estruturas geodésicas?

- a) Sistemas de referência terrestre baseados em coordenadas geográficas e altitudes.
- b) Ignorar a representação da superfície terrestre.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a precisão das informações espaciais.

Resposta correta: a) Sistemas de referência terrestre baseados em coordenadas geográficas e altitudes.

Comentário de justificativa: As estruturas geodésicas são sistemas de referência terrestre baseados em coordenadas geográficas e altitudes, fundamentais para a representação precisa da superfície terrestre.

1.1.2 ASPECTOS GEOMÉTRICOS DAS SUPERFÍCIES DE REFERÊNCIA.

Explicação:

Os aspectos geométricos das superfícies de referência referem-se às características matemáticas e físicas das superfícies de referência utilizadas na cartografia e no geoprocessamento, como o elipsóide de referência.

Questão:

O que são aspectos geométricos das superfícies de referência?

- a) Características matemáticas e físicas das superfícies de referência utilizadas na cartografia e no geoprocessamento.
- b) Ignorar a precisão da representação cartográfica.
- c) Definir a forma da Lua.
- d) Desconsiderar a importância do elipsóide de referência.

Resposta correta: a) Características matemáticas e físicas das superfícies de referência utilizadas na cartografia e no geoprocessamento.

Comentário de justificativa: Os aspectos geométricos das superfícies de referência são as características matemáticas e físicas das superfícies de referência utilizadas na cartografia e no geoprocessamento, como o elipsóide de referência, garantindo a precisão e a confiabilidade das representações espaciais.

1.1.3 CONVERSÃO/CONEXÃO DE SISTEMAS GEODÉSICOS DE REFERÊNCIA.

Explicação:

A conversão/conexão de Sistemas Geodésicos de Referência refere-se ao processo de transformação de coordenadas entre diferentes sistemas de referência geodésicos, garantindo a compatibilidade e a integração dos dados espaciais.

Questão:

Qual é a função da conversão/conexão de Sistemas Geodésicos de Referência?

- a) Transformar coordenadas entre diferentes sistemas de referência geodésicos.
- b) Ignorar a compatibilidade dos dados espaciais.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a integração dos dados espaciais.

Resposta correta: a) Transformar coordenadas entre diferentes sistemas de referência geodésicos.

Comentário de justificativa: A conversão/conexão de Sistemas Geodésicos de Referência tem como função transformar coordenadas entre diferentes sistemas de referência geodésicos, garantindo a compatibilidade e a integração dos dados espaciais em projetos cartográficos e de geoprocessamento.

1.2 ALTITUDE E GEOPOTENCIAL.

Explicação:

A altitude é a distância vertical entre um ponto e uma superfície de referência, enquanto o geopotencial é uma medida do potencial gravitacional em um determinado ponto da Terra.

Questão:

Qual é a diferença entre altitude e geopotencial?

- a) A altitude é uma medida do potencial gravitacional, enquanto o geopotencial é a distância vertical entre um ponto e uma superfície de referência.
- b) Ambos são sinônimos e representam a mesma medida.
- c) A altitude é a distância horizontal entre um ponto e uma superfície de referência, enquanto o geopotencial é a medida do potencial gravitacional.
- d) Não há diferença entre altitude e geopotencial.

Resposta correta: a) A altitude é uma medida do potencial gravitacional, enquanto o geopotencial é a distância vertical entre um ponto e uma superfície de referência.

Comentário de justificativa: A altitude representa a distância vertical entre um ponto e uma superfície de referência, enquanto o geopotencial é uma medida do potencial gravitacional em um determinado ponto da Terra, sendo conceitos distintos na engenharia cartográfica e geoprocessamento.

1.3 FUNDAMENTOS DO POSICIONAMENTO GEODÉSICO E DA NAVEGAÇÃO.

Explicação:

Os fundamentos do posicionamento geodésico e da navegação envolvem a determinação precisa da posição de um ponto na Terra, utilizando métodos e técnicas geodésicas e de navegação.

Questão:

O que envolvem os fundamentos do posicionamento geodésico e da navegação?

- a) A determinação precisa da posição de um ponto na Terra, utilizando métodos e técnicas geodésicas e de navegação.
- b) Ignorar a posição de um ponto na Terra.

c) Definir a forma da Terra.

d) Desconsiderar a importância dos métodos geodésicos.

Resposta correta: a) A determinação precisa da posição de um ponto na Terra, utilizando métodos e técnicas geodésicas e de navegação.

Comentário de justificativa: Os fundamentos do posicionamento geodésico e da navegação envolvem a determinação precisa da posição de um ponto na Terra, utilizando métodos e técnicas geodésicas e de navegação, sendo essenciais para diversas aplicações em engenharia cartográfica e geoprocessamento.

1.3.1 SISTEMAS DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA.

Explicação:

Os sistemas de projeção cartográfica são métodos matemáticos utilizados para representar a superfície tridimensional da Terra em um plano bidimensional, sendo fundamental para a cartografia e o geoprocessamento.

Questão:

Qual é a função dos sistemas de projeção cartográfica?

a) Representar a superfície tridimensional da Terra em um plano bidimensional.

b) Ignorar a representação cartográfica.

c) Definir a forma da Terra.

d) Desconsiderar a importância da cartografia.

Resposta correta: a) Representar a superfície tridimensional da Terra em um plano bidimensional.

Comentário de justificativa: Os sistemas de projeção cartográfica têm como função representar a superfície tridimensional da Terra em um plano bidimensional,

garantindo a representação precisa e adequada das informações geoespaciais em mapas e sistemas de informação geográfica.

1.3.2 GENERALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA.

Explicação:

A generalização cartográfica é o processo de simplificação e redução de detalhes excessivos em mapas, mantendo a legibilidade e a interpretação correta das informações geográficas.

Questão:

O que é a generalização cartográfica?

- a) O processo de aumentar a complexidade dos mapas.
- b) Ignorar a simplificação e redução de detalhes em mapas.
- c) O processo de simplificação e redução de detalhes excessivos em mapas.
- d) Desconsiderar a legibilidade dos mapas.

Resposta correta: c) O processo de simplificação e redução de detalhes excessivos em mapas.

Comentário de justificativa: A generalização cartográfica é o processo de simplificação e redução de detalhes excessivos em mapas, garantindo a legibilidade e a interpretação correta das informações geográficas representadas.

1.3.3 SENSORIAMENTO REMOTO.

Explicação:

O sensoriamento remoto é a técnica de obtenção de informações sobre a superfície terrestre por meio da análise de imagens e dados obtidos por sensores instalados em plataformas aéreas ou orbitais.

Questão:

O que é sensoriamento remoto?

- a) A obtenção de informações sobre a superfície terrestre por meio da análise de imagens e dados obtidos por sensores.
- b) Ignorar a análise de imagens da superfície terrestre.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância dos sensores.

Resposta correta: a) A obtenção de informações sobre a superfície terrestre por meio da análise de imagens e dados obtidos por sensores.

Comentário de justificativa: O sensoriamento remoto é a técnica de obtenção de informações sobre a superfície terrestre por meio da análise de imagens e dados obtidos por sensores, sendo essencial para o mapeamento e monitoramento ambiental, agrícola, urbano, entre outros.

1.3.4 TRATAMENTO DIGITAL DE IMAGENS DE SATÉLITES.

Explicação:

O tratamento digital de imagens de satélites envolve o processamento e a análise de imagens obtidas por satélites para extrair informações geoespaciais, como uso do solo, cobertura vegetal, entre outros.

Questão:

Qual é a finalidade do tratamento digital de imagens de satélites?

- a) Processar e analisar imagens para extrair informações geoespaciais.
- b) Ignorar as informações obtidas por satélites.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância das imagens de satélites.

Resposta correta: a) Processar e analisar imagens para extrair informações geoespaciais.

Comentário de justificativa: O tratamento digital de imagens de satélites tem como finalidade processar e analisar imagens para extrair informações geoespaciais, sendo fundamental para diversas aplicações em engenharia cartográfica e geoprocessamento.

1.4 ESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS.

Explicação:

A estrutura de dados espaciais refere-se à organização e armazenamento de informações geoespaciais, garantindo a integridade, a precisão e a eficiência na manipulação desses dados.

Questão:

O que é a estrutura de dados espaciais?

- a) A organização e armazenamento de informações geoespaciais.
- b) Ignorar a integridade dos dados espaciais.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância da manipulação dos dados.

Resposta correta: a) A organização e armazenamento de informações geoespaciais.

Comentário de justificativa: A estrutura de dados espaciais refere-se à organização e armazenamento de informações geoespaciais, garantindo a integridade, a precisão e a eficiência na manipulação desses dados em sistemas de informação geográfica e cartografia digital.

1.4.1 MODELOS DE REPRESENTAÇÃO ESPACIAL.

Explicação:

Os modelos de representação espacial são formas de representar informações geográficas no ambiente digital, como modelos vetoriais e raster, essenciais para o armazenamento e análise de dados geoespaciais.

Questão:

O que são modelos de representação espacial?

- a) Formas de representar informações geográficas no ambiente digital.
- b) Ignorar a representação espacial.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância do armazenamento e análise de dados geoespaciais.

Resposta correta: a) Formas de representar informações geográficas no ambiente digital.

Comentário de justificativa: Os modelos de representação espacial são formas de representar informações geográficas no ambiente digital, como modelos vetoriais e raster, sendo essenciais para o armazenamento e análise de dados geoespaciais em sistemas de informação geográfica.

2. GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

2.1 NOÇÕES BÁSICAS DE CARTOGRAFIA, ESCALA, SISTEMAS DE COORDENADAS, PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA SISTEMA GLOBAL DE POSICIONAMENTO POR SATÉLITES ARTIFICIAIS.

Explicação:

As noções básicas de cartografia incluem conceitos como escala, sistemas de coordenadas, projeção cartográfica e o Sistema Global de Posicionamento por Satélites Artificiais (GPS), fundamentais para a representação e análise de dados geoespaciais.

Questão:

Quais são as noções básicas de cartografia?

- a) Escala, sistemas de coordenadas, projeção cartográfica e GPS.
- b) Ignorar a representação de dados geoespaciais.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância da cartografia.

Resposta correta: a) Escala, sistemas de coordenadas, projeção cartográfica e GPS.

Comentário de justificativa: As noções básicas de cartografia incluem conceitos como escala, sistemas de coordenadas, projeção cartográfica e GPS, essenciais para a representação e análise de dados geoespaciais em engenharia cartográfica e geoprocessamento.

2.2 NOÇÕES BÁSICAS DE GEOGRAFIA URBANA, URBANISMO, CONCEITOS DE TERRITÓRIO E ESTRUTURA TERRITORIAL BRASILEIRA.

Explicação:

As noções básicas de geografia urbana abrangem temas como urbanismo, conceitos de território e estrutura territorial brasileira, fornecendo uma base para o entendimento da organização e desenvolvimento das cidades.

Questão:

O que abrangem as noções básicas de geografia urbana?

- a) Urbanismo, conceitos de território e estrutura territorial brasileira.
- b) Ignorar a organização e desenvolvimento das cidades.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância da geografia urbana.

Resposta correta: a) Urbanismo, conceitos de território e estrutura territorial brasileira.

Comentário de justificativa: As noções básicas de geografia urbana abrangem temas como urbanismo, conceitos de território e estrutura territorial brasileira, fornecendo uma base para o entendimento da organização e desenvolvimento das cidades.

2.3 ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES GEOESPACIAIS EM AMBIENTE DE BANCO DE DADOS RELACIONAL E ORIENTADO A OBJETO. INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS. SENSORIAMENTO REMOTO.

Explicação:

O armazenamento de informações geoespaciais em banco de dados relacional e orientado a objeto, juntamente com a infraestrutura de dados espaciais, é fundamental para a organização, gerenciamento e acesso eficiente a dados geográficos. O sensoriamento remoto contribui para a obtenção desses dados.

Questão:

Qual é a importância do armazenamento de informações geoespaciais em banco de dados?

- a) Organização, gerenciamento e acesso eficiente a dados geográficos.
- b) Ignorar a infraestrutura de dados espaciais.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância do sensoriamento remoto.

Resposta correta: a) Organização, gerenciamento e acesso eficiente a dados geográficos.

Comentário de justificativa: O armazenamento de informações geoespaciais em banco de dados relacional e orientado a objeto, juntamente com a infraestrutura de dados espaciais, é fundamental para a organização, gerenciamento e acesso eficiente a dados geográficos, sendo essencial para o geoprocessamento e análise de informações espaciais.

2.4 NOÇÕES DE INFERÊNCIA ESTATÍSTICA DE DADOS GEOESPACIAIS POPULAÇÃO E AMOSTRA, SELEÇÃO DE AMOSTRA, ESTATÍSTICA E PARÂMETRO, DISTRIBUIÇÕES AMOSTRAIS.

Explicação:

As noções de inferência estatística de dados geoespaciais envolvem conceitos como população e amostra, seleção de amostra, estatística e parâmetro, e distribuições amostrais, essenciais para a análise e interpretação de dados espaciais.

Questão:

Quais são as noções de inferência estatística de dados geoespaciais?

- a) População e amostra, seleção de amostra, estatística e parâmetro, e distribuições amostrais.
- b) Ignorar a análise de dados geoespaciais.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância da inferência estatística.

Resposta correta: a) População e amostra, seleção de amostra, estatística e parâmetro, e distribuições amostrais.

Comentário de justificativa: As noções de inferência estatística de dados geoespaciais envolvem conceitos como população e amostra, seleção de amostra, estatística e parâmetro, e distribuições amostrais, sendo fundamentais para a análise e interpretação de dados espaciais em engenharia cartográfica e geoprocessamento.

2.5 NOÇÕES DE AMOSTRAGEM DE DADOS GEOESPACIAIS: AMOSTRAGEM PROBABILÍSTICA E NÃO PROBABILÍSTICA.

Explicação:

As noções de amostragem de dados geoespaciais abrangem os métodos de seleção de amostras, incluindo amostragem probabilística (aleatória simples, estratificada, por conglomerados) e não probabilística, fundamentais para a coleta e análise de dados espaciais representativos.

Questão:

Quais são as noções de amostragem de dados geoespaciais?

- a) Amostragem probabilística e não probabilística.
- b) Ignorar os métodos de seleção de amostras.

- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância da amostragem.

Resposta correta: a) Amostragem probabilística e não probabilística.

Comentário de justificativa: As noções de amostragem de dados geoespaciais abrangem os métodos de seleção de amostras, incluindo amostragem probabilística e não probabilística, fundamentais para a coleta e análise de dados espaciais representativos em estudos cartográficos e de geoprocessamento.

2.6 NOÇÕES DE ESTIMAÇÃO DE DADOS GEOESPACIAIS: ESTIMAÇÃO PONTUAL E ESTIMAÇÃO INTERVALAR.

Explicação:

As noções de estimação de dados geoespaciais referem-se aos métodos para estimar valores desconhecidos com base em dados amostrais, incluindo a estimação pontual (estimativa de um único valor) e estimação intervalar (estimativa de um intervalo de valores possíveis).

Questão:

Quais são as noções de estimação de dados geoespaciais?

- a) Estimação pontual e estimação intervalar.
- b) Ignorar os métodos de estimativa de dados.
- c) Definir a forma da Terra.
- d) Desconsiderar a importância da estimação.

Resposta correta: a) Estimação pontual e estimação intervalar.

Comentário de justificativa: As noções de estimação de dados geoespaciais referem-se aos métodos para estimar valores desconhecidos com base em dados amostrais, incluindo a estimação pontual e estimação intervalar, sendo essenciais para a análise e interpretação de informações espaciais em engenharia cartográfica e geoprocessamento.